

NOVA FRIBURGO

outros

200

1818 - 2018

Reflexões sobre a cidade,
suas pessoas e seus governos.
E propostas para
Políticas Públicas Municipais
no ano do bicentenário

Ana Claudia Herdy Torres Teixeira | André Mello | Ângela Maria Gomes Ribeiro Fernandes
Cacau Rezende | Dib Curi | Eduardo de Holanda Cavalcanti (Badu) | Eponine Rocha Bom
Fábio Renato Pereira Robles | Fernando Cavalcante | Filipe Asth | Jorge de Oliveira Fagundes Junior
Laiane Tavares | Manoel Espedito Silva | Nathalia Emerick | Rafael Caetano Borges
Ricardo Lengruber | Rodrigo Garcia | Virgínia Villas Boas Sá Rego

Conteúdo especial

01	NOVA FRIBURGO: POR OUTROS DUZENTOS
03	NOVA FRIBURGO: 200 ANOS E UMA LIÇÃO APRENDIDA
20	LICENCIATURAS PRESENCIAIS EM NOVA FRIBURGO
23	EDUCAÇÃO, ÚNICA ESPERANÇA
27	LUTA ANTIMANICOMIAL E A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA EM NOVA FRIBURGO: POR OUTRAS LUTAS POSSÍVEIS
29	A CAUSA ANIMAL EM NOVA FRIBURGO
32	UMA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO PARA NOVA FRIBURGO
35	NOVA FRIBURGO: VERDE POR NATUREZA
37	PERSPECTIVAS SOCIOAMBIENTAIS DE NOVA FRIBURGO: CIDADANIA E CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS E FLORESTAS
39	MATA ATLÂNTICA: A FLORESTA DOS LAGOS SUSPENSOS
41	A GRANDE NOVA FRIBURGO E O PIONEIRISMO NA PECUÁRIA DO GADO NELORE/ZEBUÍNO
43	NOVA FRIBURGO DE 200 ANOS PASSADOS AOS 200 À FRENTE
45	MUDANDO DENTRO E ATRAVESSANDO AS PRÓPRIAS PONTES. NOVA FRIBURGO, UMA CIDADE DE ESTRANGEIROS
47	NOVA FRIBURGO NO CONTEXTO DO ESTADO PÓS-DEMOCRÁTICO
51	POR UMA OUTRA REALIDADE



página 05



COLETIVOS NAS RUAS, PREFEITO A CIDADE NÃO É SUA!



página 09



O MARCO, O ARCO E A CAIXA PRETA



página 14



A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO: EDUCAÇÃO PARA TODAS AS CRIANÇAS.



página 25



UMA CIDADE É PARA GENTE



Ricardo Lengruber

Doutor pela PUC do Rio, Ricardo Lengruber é professor. Foi Secretário Municipal de Educação e é membro da Academia Friburguense de Letras. Tem livros e artigos publicados nas áreas de Educação, Religião e Políticas Públicas.

Nova Friburgo: por outros duzentos

“A celebração do bicentenário – em 2018 – pode ser um momento de reorientação da cidade, para além das efemérides oficiais e das tradições.”

O presente livro reúne artigos de diversos profissionais – das mais diferentes áreas e tendências – que se disponibilizaram a refletir e propor sobre Nova Friburgo.

A celebração do bicentenário – em 2018 – pode ser um momento de reorientação da cidade, para além das efemérides oficiais e das tradições (nem sempre condizentes com a realidade histórica). Temos nas mãos a chance de nos redescobrirmos. E, quem sabe, nos reinventarmos também.

O livro não é um manual, tampouco intenta esgotar as múltiplas faces e possibilidades da cidade. Mas deseja ser uma contribuição. Alguns artigos são bem específicos e bastante propositivos. Outros tratam seus temas por perspectivas mais reflexivas. Todos, contudo, se irmanam no sonho de uma cidade que

transcenda a realidade desses 200 anos.

No dia 16 de maio de 1818, D. João VI assinou um documento para a vinda de famílias provenientes da Suíça rumo ao Brasil. Chegaram por aqui somente em 1819. E, como cidade mesmo, Nova Friburgo só foi emancipada mais tarde, já na República, em 1891.

O dia 16 de maio, portanto, é muito mais simbólico que histórico. Mas é uma data cuja memória pode potencializar muita coisa interessante para essa Nova Friburgo de quase dois séculos depois.

Quando se celebrou o centenário, em 1918, insistiu-se na tese da “suíça brasileira”. Houve uma construção histórica motivada em forjar uma identidade (que não correspondia exatamente a realidade histórica da cidade). Afinal, uma “suíça” exclui muito mais que inclui, a despeito da rica e necessária preservação inclusive dessas origens helvéticas mais distantes.

Nos preparativos para a celebração dos duzentos anos, não se conseguiu ir além dos equívocos construídos no centenário. Não foi possível, intencionalmente, revisitar essa história contada pela metade e redescobrir uma Friburgo cheia de surpresas. Não se revisou a realidade das origens suíças, tampouco se bus-

cou valorizar, para além de roupas típicas, as tantas outras presenças imigratórias recebidas.

Mas a celebração dos duzentos anos, para além da festa, deveria ter sido (e ainda pode ser) a oportunidade de pensarmos sobre a cidade. Sobre a cidade que sonhamos. A cidade que precisamos. A cidade onde haja espaço e oportunidade para todos.

Para isso, todavia, é fundamental começar pelas origens e dar voz a quem nunca teve. E fazer dialogar cores e credos diferentes. Isso não se faz sem crises e sem dores; afinal a história das populações escravas, por exemplo, não é feita apenas de tradições; há muito sangue ainda sem ser honrado. Mas esse esforço é indispensável para uma cidade que deseja se conhecer de verdade.

Nos duzentos anos, em vez de repetir os mitos do passado, talvez fosse a oportunidade de começar a construir uma nova autoimagem, de uma cidade de muitos povos, de muita gente; um encontro de diferentes que souberam construir um lar pra viver, incluindo uns e excluindo outros.

Do ponto de vista historiográfico, a data de 16 de maio de 1818 é apenas a assinatura de um Decreto para imigração. O fato é que já havia gente por aqui (aliás, muita gente: uma multidão de pessoas negras escravizadas, por exemplo, habitava a região). Contar a história apenas a partir dos suíços, além de equivocado, é negligenciar a memória e as raízes.

Destacar 1818 é uma opção ideológica. Embranquecer e elitizar a história. Mesmo que os suíços tenham sido muito pobres (e foram mesmo), a imagem que se passa é a da cultura (superior!) europeia.

Reforçar os suíços e esconder (além da escravidão) outras contribuições ulteriores (italianos, alemães, libaneses, japoneses etc) é destacar uma imagem - cuidadosamente esculpida nos inícios de século XX (quase um século depois dos fatos). A Nova Friburgo se diferencia do restante do Brasil escravocrata e atrasado.

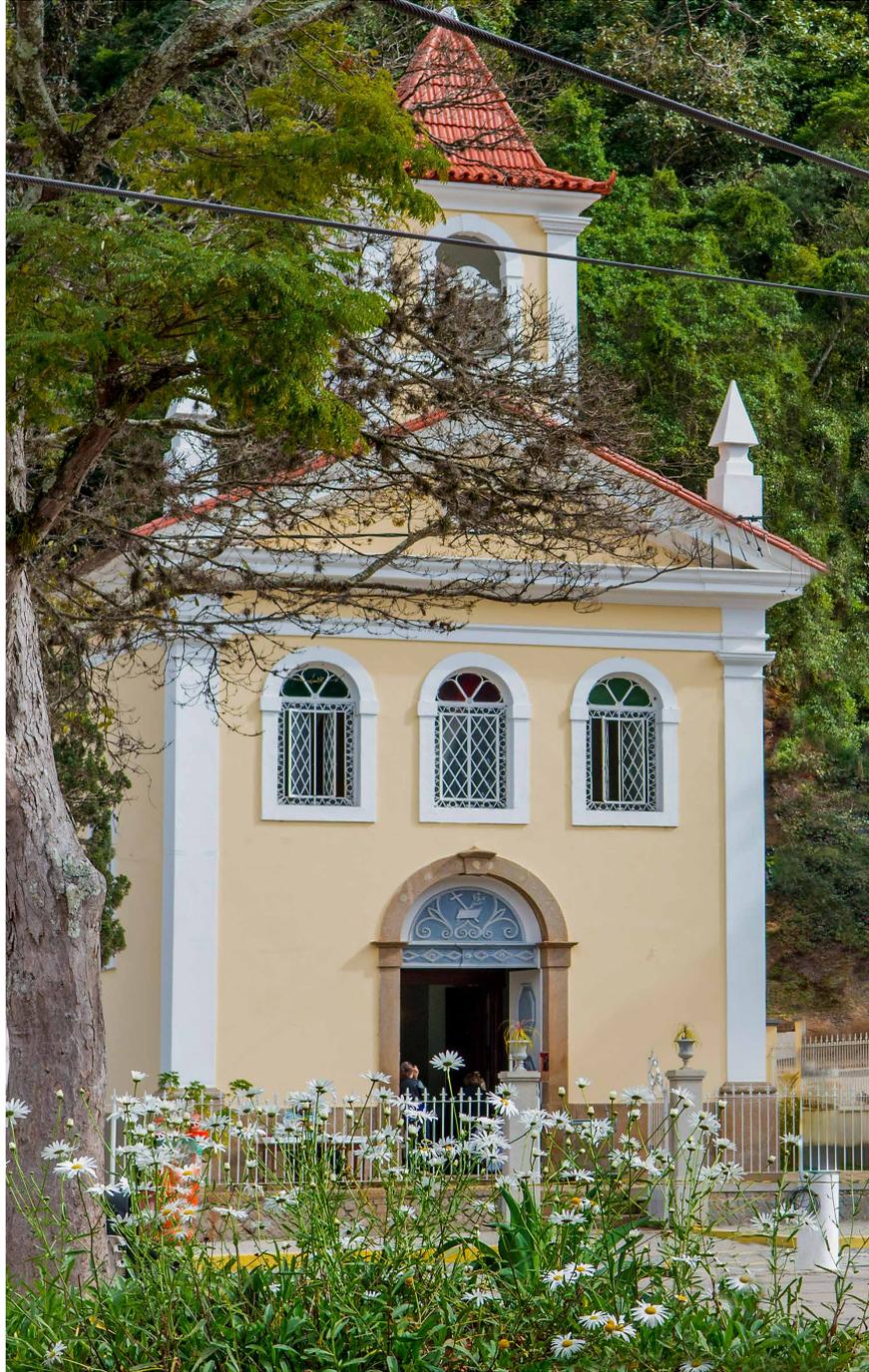
É claro que toda civilização tem seus mitos de origem e suas histórias e etiologias; mas isso sempre se dá com clara e proposital intencionalidade. Atrás do mito da Suíça Brasileira esconde-se a negação da escravidão (severa por aqui) e das alianças política e ideologicamente complicadas (especialmente com italianos e alemães - nas duas grandes guerras).

Por isso, é mais do que indispensável que Nova Friburgo repense sua identidade e se disponha como sociedade a incluir as multidões que sempre estiveram de fora.

As reflexões que seguem por aqui são tentativas disso. Olhar para a cidade a partir das suas pessoas concretas. E procurar ouvir suas demandas e, com elas, construir alternativas de superação.

Desejo ao leitor uma leitura crítica e, acima de tudo, construtiva.





Fotos
Regina Lo Bianco

Nova Friburgo: 200 anos e uma lição aprendida

Texto

Fernando Cavalcante

Fernando é Professor, Ambientalista e Geógrafo.



Nova Friburgo tem duas vocações que a distingue do resto do mundo. Uma é por herança material. Com uma natureza constituída por montanhas, florestas e rios numa combinação que gerou uma biodiversidade ímpar no mundo.

Temos uma diversidade de orquídeas maior que a Europa, como atestou o Irlandês mais friburguense, David Muller. Nosso relevo montanhoso se estende desde perto dos 300 metros em São Romão até os mais de 2 300 metros do Pico Maior dos Três Picos. Dessas montanhas não são poucos os rios, córregos e cachoeiras que brotam e serpenteiam a serra rodeada de Mata Atlântica. Cenário em extinção no mundo.

A outra vocação é imaterial. São nossas tradições histórico culturais múltiplas, fruto de uma colonização dinâmica, poli cultural, polêmica, recheada de aventuras e lendas. A única cidade proclamada por D. João VI, foi também a primeira experiência colonizadora de imigrantes suíços alemães em terras latino americanas. Onde encontraram tradicionais quilombos ocupantes das terras do Morro Queimado. Uma mistura de inhame e batata barôa com fondue e chucrute.

Nossos conflitos sempre foram mais associados a tradicional questão econômica nacional da má distribuição de renda, de terras e de poderes. A intolerância racial, por exemplo, sempre foi vencida pelo amor entre diferentes, que gerou uma miscigenação a prova de racismo.

A intolerância religiosa foi vencida logo no início destes 200 anos, quando a primeira igreja não católica foi erguida em território brasileiro. A presença da Igreja Evangélica Luterana de Nova Friburgo obrigou a constituição nacional mudar e admitir que o Brasil passava a não ter uma religião oficial.

No mundo atual, com crescentes índices de intolerância, a reunião de povos com origens diferentes que construíram Nova Friburgo, nestes 200 anos, representa um caso de sucesso que deve ser vibrado junto aqueles que participaram desta caminhada bicentenária. A tolerância e a integração cultural venceram. Nova Friburgo é terra de pontes e não de muros. Até porque pela quantidade de rios, nossas pontes sempre foram uma conquista fundamental para o desenvolvimento social e econômico.



Texto
Laiane Tavares

Editor
Ricardo Lengruber

Designer
Igor Veronesi

Laiane é Jornalista.

Coletivos nas ruas, prefeito a cidade não é sua!

Mediocrizada pelo poder público, a agenda de comemorações pelos duzentos anos de Nova Friburgo ganhou no antagonismo da iniciativa popular perspectivas e desdobramentos.



Foto
Regina Lo Bianco

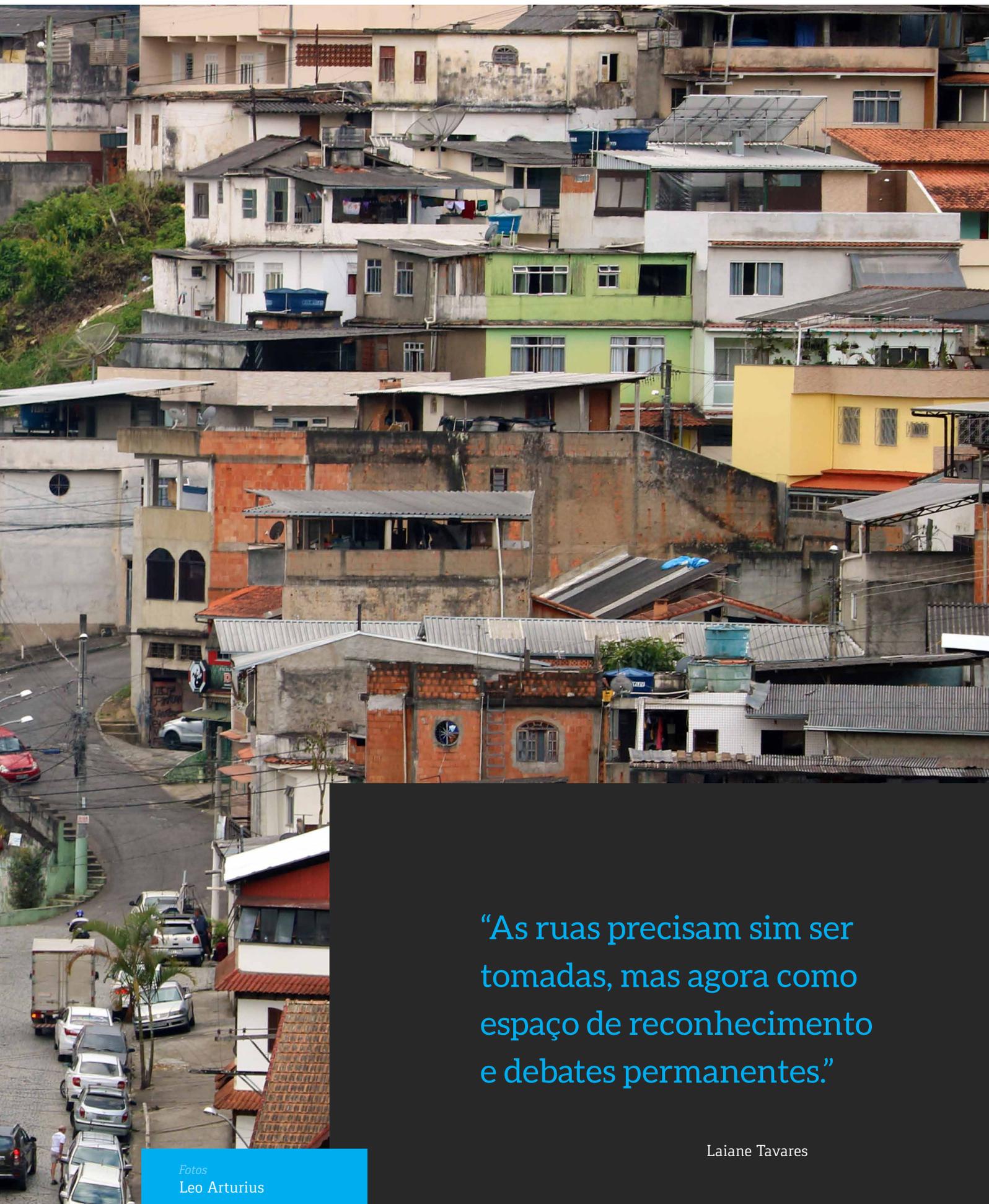
Esta publicação estará disponível também
no site: www.ricardolengruber.com

Desde a minha primeira participação em mobilizações populares escuto essas palavras de ordem: “O povo na rua, prefeito a culpa é sua”. Em Nova Friburgo, durante as comemorações do bicentenário, esse grito se fez presente. Não pela primeira vez em seus 200 anos tampouco direcionado ao primeiro chefe de executivo de sua história. Essa repetição faz parecer que quando as ruas se movimentam, alguém sempre está no banco dos réus. Mas dessa vez foi mais que isso.

O momento exige uma transição. O esgotamento da democracia representativa demanda alternância do modelo, mas o sucesso dessa mo-

dificação não depende apenas da indignação que sua saturação provoca. Uma democracia participativa não será edificada pelo imediatismo das questões, mas pela responsabilidade com suas estruturas.

Para além de alterar o modelo vigente será preciso superá-lo. A dinâmica da palavra como ordem associada ao ato como barricada, surgindo sempre contra algo que se pretende impedir, não cumpre o desafio de horizontalizar o poder. Os anos mergulhados na democracia representativa, no entanto, nos tornaram um pouco dependentes dessa possibilidade de personificar a culpa, aliviando de alguma forma o peso do que é sistêmico.



“As ruas precisam sim ser tomadas, mas agora como espaço de reconhecimento e debates permanentes.”

Fotos
Leo Artúrius

Laiane Tavares



Nesse sentido, mudar apenas a forma não altera o resultado. Será necessária uma revolução de conduta. Não é que se as coisas estiverem indo mal o prefeito não tenha culpa, mas o foco deve ser ajustado para um objetivo: estabelecer na cidade um processo de transformação social que uma vez em curso pode evitar esses prefeitos ruins.

As ruas precisam sim ser tomadas, mas agora como espaço de reconhecimento e debates permanentes. Vivemos entre tempos, o que foi e o que será passa por nós. É preciso travar batalhas sob as quais desfechos ultrapassarão mandatos. O declínio da imagem política aponta para a nova direção.

Das possibilidades para esse futuro que já começa a ser desenhado, me interessam duas: emergir e transbordar. No mundo as cidades estão em combustão e há energia suficiente para promover microrrevoluções em todos os contextos. Não é diferente em Nova Friburgo, prova disso é que no bicentenário da cidade as ruas que disseram ser do prefeito a culpa não fizeram deste ponto início ou fim.

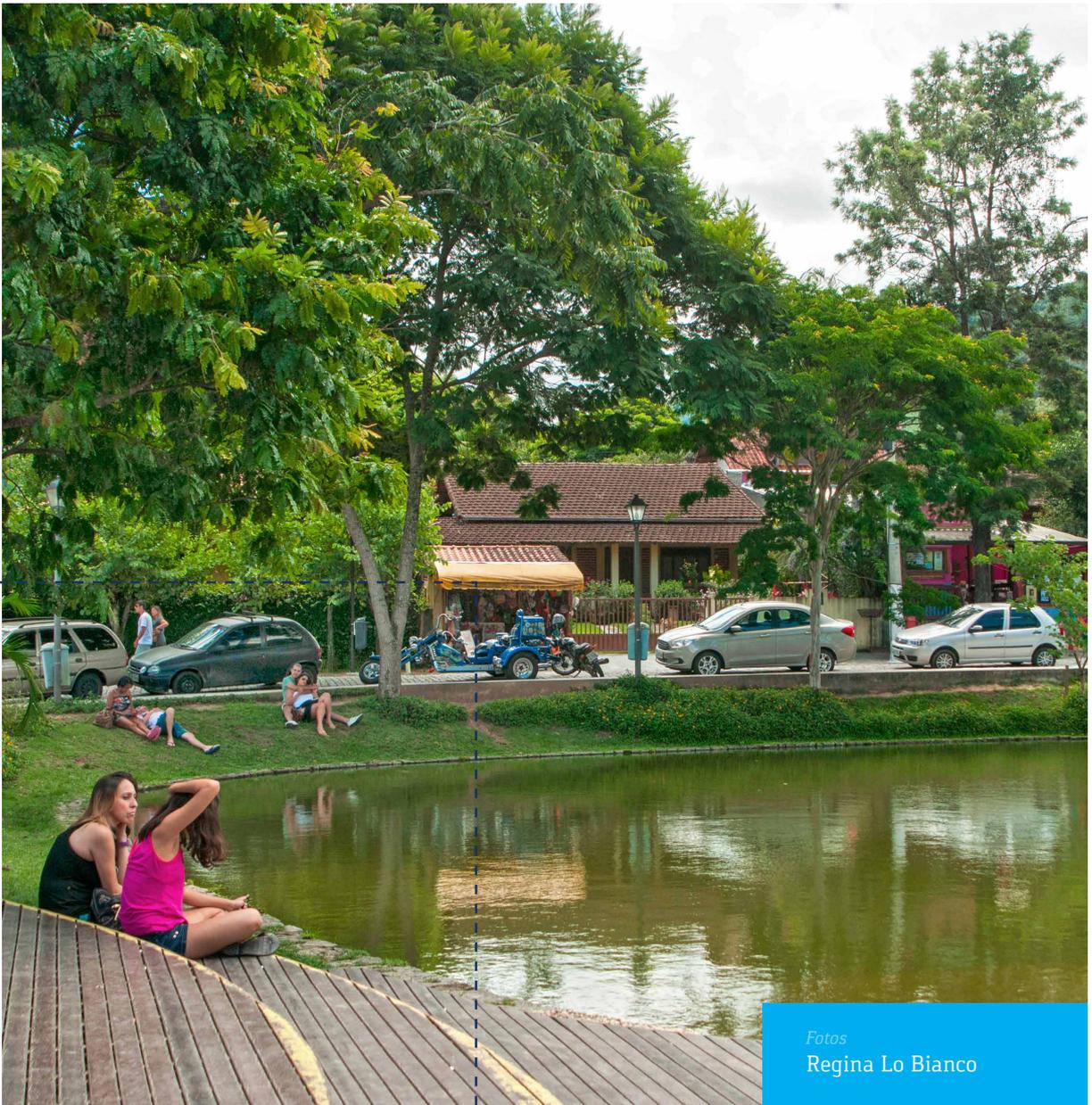
O coletivo “200 anos pra quem?” tomou por vezes a cena dos “festejos” questionando passado, presente e disputando a narrativa do futuro. Enquanto isso a Prefeitura requeitava o slogan da “Suíça brasileira” sem levar em consideração que ele nunca pegou entre quem vivencia a cidade no seu cotidiano diário. O que faltou por parte do poder público ao adotar a estratégia foi compreender que a cidade são as pessoas, suas indignações, movimentações e desejos devem ser trabalhadas no presente, pois apontam para o futuro. Para que as pessoas se apropriem de uma ideia de cidade, é preciso que a cidade se aproprie dá rebelião de seus desejos.

Quando toda estratégia da data marco de-

monstrou estar voltada para os duzentos anos de uma “Suíça brasileira” contraditória à qualidade de vida do friburguense o antagonismo do coletivo “200 anos Pra quem?” preencheu com legitimidade o lugar de fala dessas pessoas que fazem a cidade, desenhando iniciativas à parte da agenda oficial, disputou com ela as atenções. Acertou ao travar a disputa no campo do que é real.

Também nos festejos dos duzentos anos, a velada Nova Friburgo escravocrata foi exposta em debates e intervenções. Ao realizar na Praça Getúlio Vargas evento simultâneo ao desfile cívico do bicentenário, o coletivo negro (CONEN-FRI) evidenciou que a cidade não é uma coisa só e proporcionou, através de sua própria festa de resistência, que as muitas cidades presentes no município se cruzassem, para alguns pela primeira vez. Coletivos feministas também traçaram seu paralelo às comemorações do bicentenário. Espalhando pelas ruas dados da violência contra a mulher no município, reforçaram que nos duzentos anos de Nova Friburgo para onde se olhe há mais para iniciar, corrigir e avançar do que comemorar.

Nas muitas abordagens da data, o que pode ser a cidade emergiu e transbordou. A cidade são as pessoas, e em suas ações coletivas está o poder que não pode mais ser ignorado. Sobreviverá com dignidade na história dos próximos duzentos anos, gestores que compreenderem que seus nomes não cabem mais em nossas ruas. Dois séculos fecharam um ciclo. O tempo dos projetos de poder individuais vai ficando no passado. A Nova Friburgo coletiva tem sua própria agenda oficial. As montanhas não impedem o horizonte.



Fotos
Regina Lo Bianco

Texto

Eduardo de Holanda Cavalcanti (Badu)

Editor

Ricardo Lengruber

Designer

Igor Veronesi

Eduardo é professor das redes estadual e municipal de Educação, com pós-graduação em Língua Portuguesa, foi presidente do Conselho Municipal de Educação de Nova Friburgo, Coordenador Regional da UNCME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Atualmente, Coordenador Geral do Fórum Municipal de Educação de Nova Friburgo.

O marco, o arco e a caixa preta

Afinando as cordas das políticas públicas em Educação em Nova Friburgo

As explicações necessárias, porém, redundantes: todo texto é contexto, situação, referências, faces, diálogo permanente de obra aberta; sem o esforço de significação e ressignificação do leitor, no texto, palavras soltas ao vento; para quem escreve, sempre há um abismo, um deserto branco e o seu maior perigo é não cair no plágio deliberado. Sobre os outros 200 anos: existem muitas varas na Fazenda do Morro Queimado; quando iluminadas, há poesia no varal.



“

UM TEMA COMPLEXO COMO A EDUCAÇÃO, SITUADA NO TEMPO E NO ESPAÇO, REQUER UMA ABORDAGEM POLÍTICA, SUAS DINÂMICAS CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS, POR ISSO O ARCO, O MARCO E A CAIXA PRETA.

Um tema complexo como a Educação, situada no tempo e no espaço, requer uma abordagem política, suas dinâmicas culturais, sociais e econômicas, por isso o arco, o marco e a caixa preta. O marco instrui sobre as bases em que se assentam as ideias da política educacional no país que sustentam o capitalismo financeiro, a educação enquanto mercadoria e centrada no monitoramento e no controle do fazer pedagógico da escola pública; o arco são os operadores, quem gerencia o com quem e o para quem, essa política é ditada por organismos multilaterais internacionais conjuntamente com as elites econômicas nacionais, travestidas em fundações e movimentos, o Todos pela Educação é um exemplo, tecnocratas dos governos federal, estaduais e municipais, suas associações e instituições, arrolados nesse processo os múltiplos braços do judiciário e do legislativo – a corroída democracia representativa e seus pactos feridos. A caixa preta, no marco, desvela; no arco; revela; e por ela foca e concerta, compreendendo os ajuntamentos de interesses verticalizados, o que está posto, ou horizontalizados, os movimentos espontâneos, as experiências de democracia direta, a gestão democrática e a participação deliberativa centrada na inteligência prática, pelo poder instituinte, constituinte e por que não destituente de governos, considerando as possibilidades pós-modernas da soberania popular.

Ao longo do tempo, as sociedades, demarcadas pelo espaço, estruturaram-se, seguramente observadas uma lógica de poder – mítico, religioso, militar, bélico, econômico, cultural – e a constituição histórica da composição societária, por dois consórcios organizativos: a verticalização de indivíduos, grupos ou a sua horizontalização; no primeiro, formaram-se os estamentos ordenados, centralizados, burocráticos; no segundo, práticas formas colaborativas de agregar, competir, superar. Essas duas estruturas organizativas apresentam potencialidades e limites: verticalizar trouxe a segurança e potencializou o medo, horizontalizar trouxe a esperança, os jogos, e potencializou a guerra. Essas duas formas só se assentaram na construção das sociedades porque as consciências (personalizadas, coletivas) dos indivíduos e suas ações movidas por atos solidários e por mecanismos de recompensa foram, lentamente, inventadas e reinventadas no cotidiano, apesar das múltiplas possibilidades de encontro: o medo venceu a esperança, o legado vertical ganhou o Ocidente, ganhou o Brasil, ganhou Nova Friburgo.

No país, trazendo aos dias que seguem, a verticalidade favoreceu o gerenciamento sistêmico feito por uma classe média burocrática para a elite dominante, endinheirada, que está fora do Estado, sedenta de acumulação e que se apossa da renda nacional, essa prática escondida na corrupção somente do Estado, mas não na do Mercado, fez com que houvesse uma concentração brutal das riquezas produzidas nas mãos de poucos, pouquíssimos, para sobreviverem com a crise permanente do capitalismo, que faz e se refaz; nesse sistema, não há gratuidade: tudo tem preço para ser comprado pelo dinheiro, forjam rupturas, dão golpes, fazem dos incautos amarelos pato e sapato, com reflexos claros aqui na cidade. Quais seus mecanismos? A sonegação, a renúncia fiscal, o pagamento da dívida pública, a rapinagem dos bens do povo vendidos aos sócios maiores estrangeiros.

Essas práticas estrangularam os direitos dos trabalhadores e a luta dos movimentos e dos agentes políticos por uma sociedade mais igualitária, mais justa, passou a ser criminalizada; ultimamente, violentada e assassinada. No atual estágio do capitalismo, o neoliberalismo admite a diversidade, posto que individual e individualizada em grupos, mas rechaça a igualdade que, embora disfarçada num direito, traduz o embate de classes (aqui, nesse parêntese: extremo cuidado com a fabricação de consensos, que nos legou, por exemplo, o politicamente correto, pois os anjos e os demônios descem do Norte; num país pobre como o nosso, a luta política deve ter prioridades, ter lado!). Nesse sentido, a escola pública, mais do que nunca, nos últimos 20 anos, com o advento da escola de massas, tornou-se o lugar dos trabalhadores e dos seus filhos, para evitar que o chão da escola refletisse sobre uma educação popular, bancos de fomento e outras instituições financeiras internacionais com a tecnocracia criaram os programas educacionais, a fim de que a União, os estados e os municípios executassem as políticas públicas realmente distanciadas das necessidades reais e simbólicas do público alvo das escolas governamentais, visto que na crescente demanda por mais investimentos na educação pública, o que se observa são cortes e mais cortes orçamentários (20 anos de congelamento de investimentos públicos em Educação), então estados e municípios, reféns das transferências do governo federal, aceitam tacitamente, pois amparadas no Pacto Federativo da Constituição de 1988, as decisões tomadas de cima para baixo, e, nos seus respectivos sistemas de ensino, fazem o mesmo. É o que acontece aqui em Nova Friburgo, com a tal "Educação com Capricho", as discussões com professores, funcionários, pais e alunos, quando existem, são para cancelar algo que já está pronto, para dourar a pilula, dar um verniz de democracia, vender o peixe que já foi comprado. Ainda assim, conseguem alguma eficiência sistêmica pois trabalham

“Ao longo d
sociedades, de
espaço, estru
seguramente
uma lógica de p
religioso, m
econômico

Eduardo de

o tempo, as
marcadas pelo
turaram-se,
e observadas
poder – mítico,
militar, bélico,
o, cultural ”

Holanda Cavalcanti (Badu)



Foto
Regina Lo Bianco

com tutoriais, geralmente do Ministério da Educação. A verticalidade aqui, devido à formação cultural e histórica, ao emparedamento geográfico, assumiu um papel drástico, os tutores arvoraram-se enquanto figuras imperiais no “mando”, comando e desmando, seus saberes pedagógicos tornaram a escola, sua teia de relações, em terra arrasada, e hoje transforma a autonomia em regramento, o professor de sujeito a instrumento, a necessidade de saber do educando em aposta nas avaliações externas, o Prova Brasil e congêneres, a avaliação pedagógica em ranqueamento. Com essa prática de monitoramento e controle, o chão da escola, embora bastante resiliente, acabou refém dessa cadeia de terrorismo estatístico, chamada Pedagogia de Resultados, que mercantiliza e privatiza a escola, enquanto espaço público.

Para atravessar a rua, superar essa pedago-

gia, a concertação da caixa preta (para quem?), desvelados o marco (em que base?) e o arco (com quem?), situa-se no horizonte do ponderável através dos movimentos espontâneos, da democracia direta, com conselhos realmente deliberativos, com a participação popular, do chão da escola, na concepção, elaboração, execução e avaliação das políticas públicas. É falsa a dicotomia entre o técnico e o político na condução dessas políticas, o técnico deve estar a serviço do político que escolhe lado, tem prioridades; o técnico encontra os meios. Como estratégia de grande dimensão, pois a Educação forma e é formada pela sociedade, incentivar o associativismo, o cooperativismo, a economia solidária, o uso racional dos recursos etc. E como é uma concertação, partidos e sindicatos, instrumentos da democracia representativa, afinados com esse concerto, serão importantes para a construção desse novo marco, que começa agora, no tempo presente e pode ir por mais 200 anos, basta ter gente.

Para ter acesso à publicações especiais como essa acesse o site www.ricardolengruber.com e entre na seção **Publicações**.

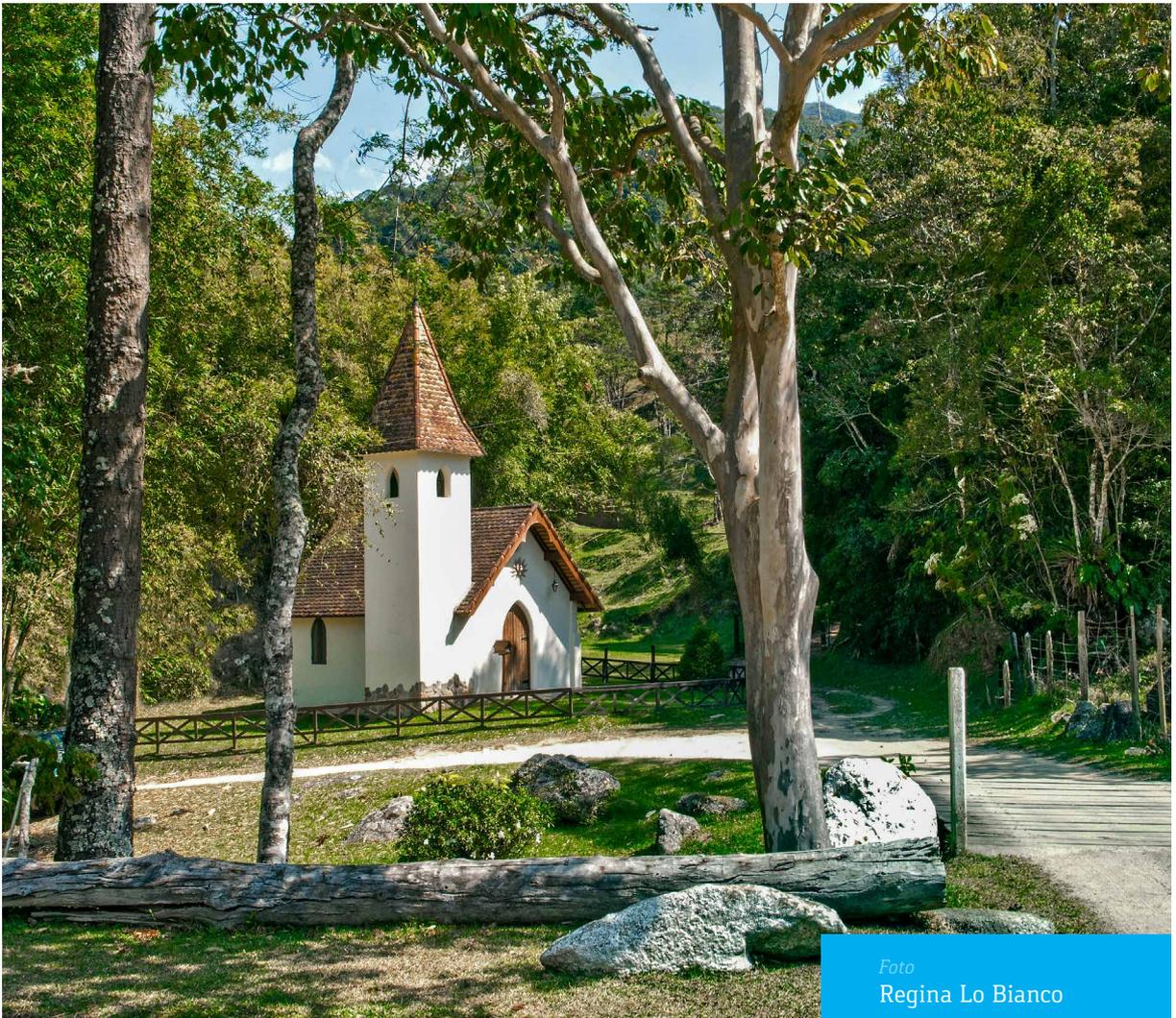


Foto
Regina Lo Bianco

Ana Cláudia é Mestranda em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF); Especialista em Deficiência Intelectual; Psicopedagoga; Professora na rede municipal de ensino de Nova Friburgo desde 1991 atuou em classes regulares do Ensino Fundamental e em salas de recursos multifuncionais no Atendimento Educacional Especializado (AEE); Coordenadora da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação de 2012 a 2017.

A política de inclusão escolar no município de Nova Friburgo: educação para todas as crianças.

Ensinar as crianças sempre foi um grande desafio, principalmente dentro de um modelo de escola que não foi feito com o pensamento na diversidade humana. No município de Nova Friburgo, essa história de escola inclusiva

superdotação. As crianças com limitações físicas, intelectuais e/ou sensoriais eram atendidas em instituições, com o cunho assistencialista, filantrópico ou no modelo clínico. Os superdotados chegavam à escola e não havia identificação ou trabalho voltado para estes estudantes. O poder público municipal se ocupava em oferecer apoio financeiro e professores para que algumas instituições realizassem o atendimento destes estudantes, contudo, não havia um acompanhamento sobre o seu desenvolvimento e aprendizagem, ficando sob a responsabilidade destas instituições o modelo de educação a ser ofertado e seus resultados.

Há que se reconhecer o importante papel destas instituições no cuidado e atendimento destas crianças, pois foram elas as precursoras de importantes ações para a educabilidade das pessoas com deficiência. A experiência no trato com estas crianças trouxe avanços significativos para que se desenvolvessem metodologias de ensino voltadas para este público. Contudo, os movimentos mundiais pela inclusão, que se iniciaram no Brasil entre o final da década de 50 e início da década de 60, que impulsionaram discussões e a elaboração das primeiras ações, no âmbito educacional para os estudantes com deficiência (GOFFREDO, 2007, p. 25), nos remetem a uma importante

Até o início do segundo milênio, não havia uma política educacional em Nova Friburgo que se ocupasse especificamente das crianças com deficiências, transtornos e altas habilidades ou superdotação.

é bem recente. Mesmo com tão pouco tempo, a implementação das políticas de inclusão escolar oportunizam reflexões importantes para aqueles que desejam que esta cidade tenha uma educação pública de qualidade, voltada para as necessidades e potencialidades de TODAS as crianças.

Até o início do segundo milênio, não havia uma política educacional em Nova Friburgo que se ocupasse especificamente das crianças com deficiências, transtornos e altas habilidades ou



reflexão sobre o direito humano à educação e a necessidade das crianças conviverem com a diversidade humana no mesmo espaço escolar, a fim de crescerem num ambiente de respeito, solidariedade e equidade.

Nova Friburgo demorou um pouco a oferecer espaço em suas classes regulares para este público tão especial. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 (Lei 5692) já mencionasse o atendimento especial aos estudantes com deficiência (Brasil, 1971), por aqui as escolas municipais nem chegaram a oferecer este atendimento. As classes especiais ficavam por conta das instituições subvencionadas, nos fazendo crer que as ações para este público, se localizavam ainda na LDB de 1961.

Goffredo (2007) nos explicita essa referência à educação do deficiente na legislação de educação de 1961, mostrando-nos que não havia preocupação pelo poder público, em assumir plenamente a tarefa de educar estes estudantes:

[...] o artigo 88, que propunha atendimento ao deficiente “dentro do possível” na educação regular, e o artigo 89, que garantia apoio financeiro às instituições particulares avaliadas como eficientes pelos conselhos Estaduais de Educação. [...] não havia o desejo do Estado de assumir plenamente o compromisso com a educação dos alunos deficientes, migrando parte de suas obrigações para as instituições privadas. (GOFFREDO, 2007, p. 27)

A inclusão escolar foi aparecer por aqui em 2004, após o governo municipal assinar um convênio com o Ministério da Educação, conjuntamente a outros municípios brasileiros, para transformar os sistemas de ensino públicos, em sistemas inclusivos. Essa importante ação no Brasil se deu a partir de movimentos mundiais pela inclusão, mais efetivamente ocorrendo, após a Convenção Mundial em Salamanca (1994), na Espanha, sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, cujo documento final foi acolhido em nossa Carta Magna, impulsionando as primeiras ações para que as escolas brasileiras se tornassem realmente inclusivas e acessíveis a todos os estudantes.

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que traba-



lham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (Brasil, 1997, p. 17 e 18).

Com a assinatura do convênio, Nova Friburgo passou a ser município pólo no Programa “Educação Inclusiva, direito à diversidade”, assumindo a responsabilidade de fazer inclusão em suas classes regulares e oferecer apoio para a formação de gestores de mais dezoito municípios de sua área de abrangência. Neste momento importante, nossas escolas passaram a receber os estudantes público-alvo da Educação Especial, com uma perspectiva de atendimento escolar em classes regulares, contudo, as ações mais efetivas para apoiar a inclusão só foram acontecer a partir do ano de 2007.

A pactuação de Nova Friburgo no compromisso com a inclusão trouxe para as escolas municipais os subsídios do Governo Federal através de verbas para reforma de prédios escolares com fins de fomentar a acessibilidade arquitetônica e aquisição de recursos tecnológicos e pedagógicos diversos, além do envio de equipamentos e mobiliários para a instalação das primeiras salas de recursos multifuncionais, com o objetivo de garantir os apoios e recursos necessários ao pleno acesso e permanência dos estudantes público-alvo da educação especial às classes regulares.

A formação continuada de professores também foi foco deste processo, oportunizando em 2007, a formação dos primei-

ros dez professores da rede municipal para o AEE, além dos seminários regionais para gestores e professores, contando com a participação de profissionais dos municípios componentes da abrangência deste pólo. Foram 06 seminários realizados em Nova Friburgo, com verba específica e que capacitou muitos profissionais.

Com a visibilidade e abertura dada à inclusão através dos movimentos sociais, da legislação e das políticas públicas, as escolas municipais começaram a receber, cada vez em maior número, os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A chegada destes estudantes às escolas, facilitada pelos instrumentos legais, passou a ser uma realidade.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano de 2016, Nova Friburgo contava com 16.770 estudantes matriculados em 123 unidades escolares de sua rede municipal de ensino (INEP, 2016). Destes, 694 foram informados como público-alvo da educação especial. Com certeza, um crescimento bastante expressivo, em comparação aos pouco mais de 100 estudantes público-alvo, informados no ano de 2012. Esse crescimento também se traduziu no número de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que no mesmo período, passou de 07, para 24 salas, instituídas nas escolas municipais que funcionam como pólos de atendimento e 01 Centro de Capacitação e Atendimento Educacional Especializado Público (CCAEEP).



Fotos
Regina Lo Bianco

A trajetória da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), oportunizou um grande avanço na escolarização dos estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades ou superdotação. A partir das lutas e discussões suscitadas pela presença dos alunos público-alvo da educação especial nas escolas municipais e toda a gama de legislações que apóiam a inclusão, conquistou-se a prioridade de matrícula para estes estudantes nas escolas municipais através do sistema online, além da garantia de importantes referências a este público nas políticas municipais para a educação, a começar pelo Regimento Escolar da Rede Municipal de Ensino e pelo Plano Municipal de Educação (Lei 4.395).

Uma das principais dificuldades que persistem e que precisam ser transpostas para que a inclusão realmente se efetive no município de Nova Friburgo, está na

falta de compreensão dos gestores públicos acerca das políticas educacionais de inclusão. Infelizmente, a falta de investimentos na educação como um todo, precariza o atendimento dos estudantes que mais necessitam de apoio, pois há o falso entendimento de que este público onera os cofres públicos, já que necessitam de estrutura e apoios específicos para sua permanência e desenvolvimento no espaço escolar, contudo, isso não é uma verdade encerrada em si mesma.

O Decreto 7.611 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências (Brasil, 2011), cita em seu texto, a dupla matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial, incluindo no Decreto 6.253 (Brasil, 2007), que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o recurso financeiro para os estudantes atendidos pela classe regular e pelo AEE:



Foto
Leo Arturius



É IMPOSSÍVEL PENSAR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, SEM PENSAR NOS CIDADÃOS QUE SE QUER FORMAR, A PARTIR DE SEU CARÁTER E HABILIDADES SÓCIO- EMOCIONAIS PARA VIVER EM GRUPO.

Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.

§ 1o A dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado.

Infelizmente, a inobservância dos direitos destes estudantes, implica no desrespeito ao princípio constitucional, que em seu artigo 205, legitima o direito humano à educação e no artigo 208, inciso III, garante a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência (Brasil, 1988). Isso tem trazido prejuízos consideráveis aos avanços à inclusão nas escolas da rede de ensino de Nova Friburgo. A ausência de ações de planejamento que definam estratégias para o crescimento do atendimento ao público-alvo da educação especial nas classes regulares e no AEE, está traduzido na falta de profissionais especializados garantidos em concurso público, causando a diminuição, quando não ausência, de professores para o atendimento nas salas de recursos, dos tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dos profissionais de apoio escolar (auxiliares), além de outros, que são

fundamentais para garantir a permanência e o atendimento escolar com qualidade destes alunos.

É impossível pensar educação de qualidade, sem pensar nos cidadãos que se quer formar, a partir de seu caráter e habilidades sócio-emocionais para viver em grupo. Pensar numa escola para TODOS, implica em pensar sobre quais bases ideológicas se instituem o projeto político pedagógico das escolas a partir de uma matriz curricular que contemple além do currículo acadêmico, os preceitos de formação humana-cidadã que desejamos para nossos filhos. Devemos à exclusão escolar e à segregação das pessoas com deficiência, a nossa total inabilidade para lidar com a diversidade humana e, infelizmente, percebemos que a escola ainda teima em reproduzir este quadro, pintado com tristeza e dor, ao longo da trajetória da humanidade.

O bicentenário de Nova Friburgo faz um chamamento à união, à mobilização, à participação de sua comunidade na construção de políticas públicas que amparem e apoiem os mais frágeis, defendendo seus direitos. O desejo de construir uma cidade solidária, com a participação de todos, perpassa pela escola, pela infância e pelo direito das crianças crescerem num ambiente saudável, de partilha, em que a convivência com a diversidade se dê de forma natural, espontânea. TODAS as crianças precisam ser acolhidas e reconhecidas em suas necessidades e potencialidades. Assim se faz a escola, que formará os cidadãos para uma Nova Friburgo muito além dos 200 anos.



Esta publicação estará disponível também no site: www.ricardolengruber.com

Referências:

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEESP, 2008.
- GOFFREDO, Vera Flor S. Fundamentos da Educação Especial. Rio de Janeiro: UNIRIO / CEAD, 2007.
- INEP: EducaCenso 2016. Disponível em: <http://educacenso.inep.gov.br>, 2016.

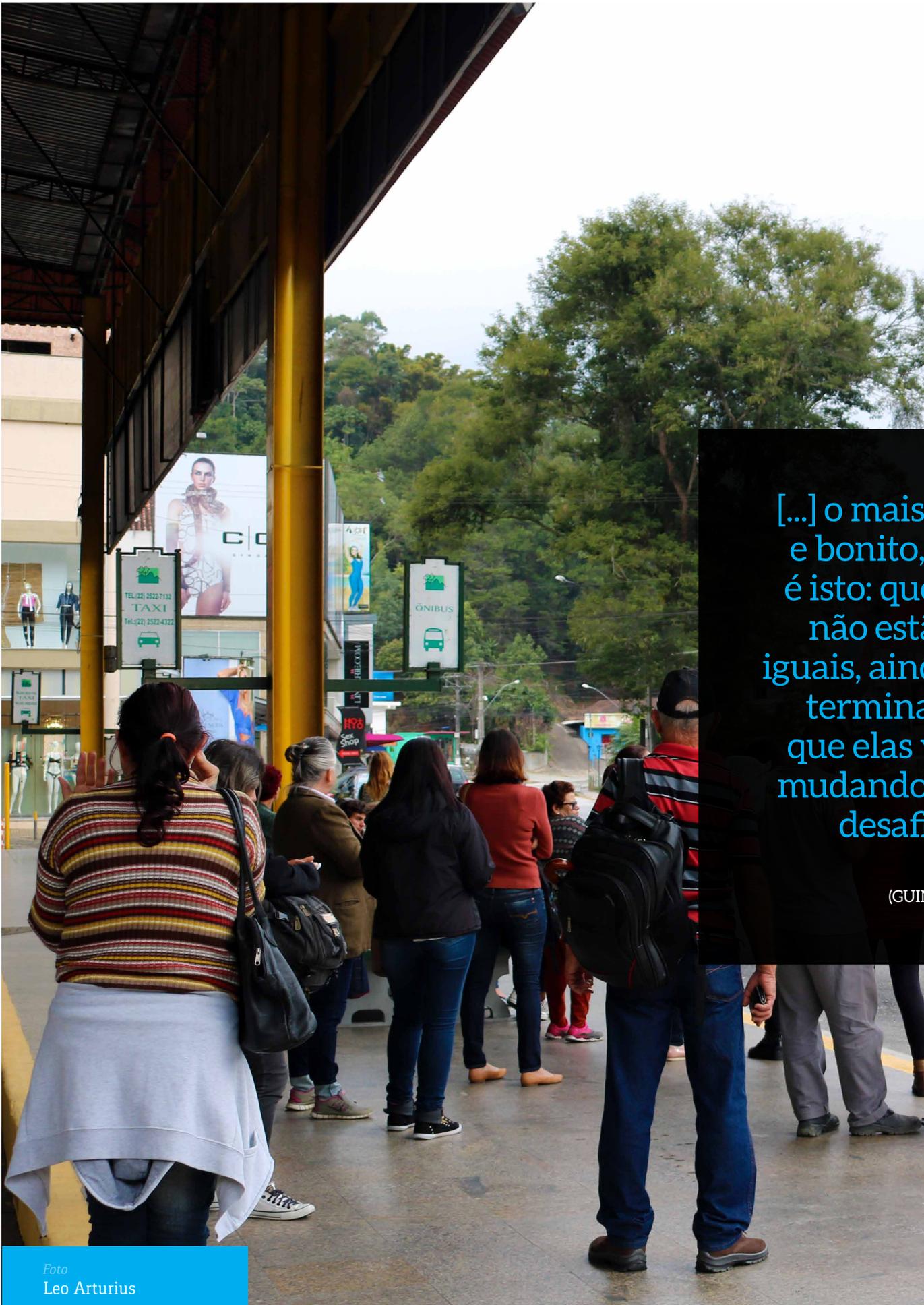


Foto
Leo Arturios

[...] o mais
e bonito,
é isto: que
não está
iguais, ainda
termina
que elas
mudando
desafio

(GUIA)

Angela é Doutora e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG), formada professora pela Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral, diretora do Centro Educacional (PROCREO), professora da Universidade Cândido Mendes Polo Nova Friburgo (UCAM), professora aposentada da rede pública estadual. Militante e dirigente de movimentos sociais desde os 16 anos: [Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES) Ass. de Moradores, Sindicato Estadual dos profissionais da Educação (SEPE)].

Licenciaturas presenciais em Nova Friburgo:

Registro da memória em tempo de esquecimento

Início este texto com as palavras (ao lado) de Guimarães Rosa em Grande Sertão Veredas,

[...] porque ao longo de sua odisseia ele enfrenta a tensão entre a memória e o esquecimento, no resgate do passado, que não retorna em sua pureza original, mas é fruto de uma singular seleção dos fatos lembrados.[...] Pode-se dizer, talvez, que Guimarães Rosa persegue, através de seus heróis, as pegadas da verdade, que etimologicamente – “alétheia” (de a + Lethe) – significa “não esquecimento” (SANTANA, 2017).

E é nesse sentido que registro o ocorrido em nossa cidade no que se refere aos fechamentos dos cursos presenciais de licenciatura. Santana (2017) nos diz, “imaginar é lembrar, e lembrar é imaginar, movimento esse impelido pelo desejo de atravessar as neblinas do tempo” – no livro citado de Guimarães Rosa, simbolizado pelo rio -, “que tenta impedir o retorno das lembranças, e assim alcançar as praias da memória”.

“Seus personagens buscam, portanto, por um caminho ou outro – quem sabe por ambos - as luzes da Memória, na tentativa de aprender a viver para assim aproximar-se da arte de saber morrer” (IBID, 2017).

Estamos tentando entender esse processo da vida, e, talvez, de forma inexorável, vivendo um momento semelhante a este na presente realidade dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e

Música da Universidade Candido Mendes. Como Riobaldo, que para resgatar Diadorim do sono do esquecimento, narra sua história. Aliás, é

[...] a morte da amada que possibilita ao jagunço apossar-se da linguagem, pois é através da narrativa que ele procura compreender o passado, assim eterniza Diadorim em suas lembranças e cura as feridas de seu coração, ainda inconformado com sua perda (IBID, 2017).

Fizemos o possível e impossível para dar continuidade a história de nossos cursos, agora só nos resta sonhar, imaginar as lembranças? Não nos conformarmos com o final da história, pois, diferente de Diadorim, há vida, e enquanto ela pulsar há esperança. Assim como as pessoas os acontecimentos “afinam ou desafinam”.

Trazemos à lembrança outros cursos que recentemente também deixaram órfãos tantos alunos que por lá passaram e outros que por lá não poderão mais passar.

Eram os idos de 2011, ano fatídico para nossa cidade, após a tragédia climática, vem a notícia, á época, do possível fechamento da Faculdade de Filosofia Santa Doroteia, que mobilizou ex-alunos, alunos e professores. Como seria possível fechar uma instituição reconhecida por seu trabalho sério e competente, formadora de professores há mais de 50 anos? Após a tragédia climática a tragédia cul-

importante do mundo, e as pessoas não sempre da não foram adas – mas vão sempre . Afinam ou inam [...]

GUIMARÃES ROSA, 1994, 24-25)



Foto
Regina Lo Bianco

tural como bem colocou á época, o professor João Raimundo (SCARINI, 2018).

Outras tragédias precisam ser lembradas, pois neste mesmo período se comemorava o centenário da indústria friburguense e as três grandes fábricas que inauguraram o processo de industrialização na cidade silenciaram suas máquinas: Rendas Arp, Ypu e Filó.

Quanto ao fechamento da Santa Doroteia a decisão partiu da congregação das provinciais de São Paulo, um dos motivos foi a questão econômica, e o poder público municipal, estadual e federal acionados não implementaram esforços para impedir esse acontecimento.

Com o fechamento em breve das licenciaturas da Candido Mendes, perdemos todos os espaços presenciais de formação de professores em nossa cidade e também podemos dizer que o poder público municipal se virou de costas para essa questão.

Quem serão os professores de nossos filhos e netos?

Houve uma disseminação do ensino a distância



Regina Lo Bianco

nas licenciaturas, não que eu não concorde com cursos não presenciais ou semipresenciais, mas essa política foi traçada para um público específico: de profissões que exigem viagens constantes, mães e pais de crianças pequenas ou que cuidem de seus pais idosos e outros casos, e não deve ser uma política "optatória"¹, principalmente tratando-se de formação de professores.

O que se questiona é até que ponto o direito de escolha por um curso presencial dos futuros professores foi deletado, descartado.....

Esse filme nós já vimos com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando na virada do século XX para XXI foi apontado que o segundo segmento Ensino Fundamental poderia ser oferecido em dois anos para jovens e adultos a partir dos 15 anos e o Ensino Médio em um ano e meio para o mesmo público a partir dos 18 anos. Além do surgimento de outras várias políticas públicas: ENCEJA, CES e etc.

Posso falar das escolas estaduais que solicitavam a implantação da EJA noturna, numa corrida para resgatar uma distorção idade-série e uma dívida para com um público que teve negado o direito a escola. E neste contexto foi subtraído do aluno trabalhador o direito a escolha de frequentar o Ensino Médio regular. Lembro-me que o Colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick (CEJE) resistiu bravamente a transformar seu curso. A oferta de ambas as possibilidades deveria estar neste caso garantida pelo poder público estadual. Mas a quem interessaria municipal o aluno trabalhador com mais conhecimento?

O que está em jogo é a não possibilidade da escolha.

Se as instituições de ensino superior (IES) presenciais em nossa cidade, que também atendem a muitos municípios, e que trabalham com as licenciaturas, e que têm em seu corpo docente mestres e doutores, não estão conseguindo competir com os preços das licenciaturas a distância, cabe ao

¹ Uma opção obrigatória por falta de outra possibilidade.



Foto
Leo Arturius

Referências:

BARROS, Manoel. *Memórias Inventadas: A Segunda Infância*. São Paulo: Planeta, 2006.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTANA, Ana Lucia. *Grande Sertão*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/livros/grande-sertao-veredas-e-primeiras-estorias/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SCARINI, Juliana. Possível fechamento da FFSD mobiliza alunos e professores. *A Voz da Serra*, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/possivel-fechamento-da-ffsd-mobiliza-alunos-e-professores>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

Se as instituições de ensino superior presenciais em nossa cidade [...] não estão conseguindo competir com os preços das licenciaturas a distância, cabe ao poder público fazê-lo.

poder público fazê-lo.

Já que o poder público municipal não se manifestou favorável a todas as demandas encaminhadas pela UCAM, assim como não o fez com as da Santa Doroteia, o bastão é para ser passado às universidades públicas que temos em nossa cidade: Consórcio CEDERJ, UFF – necessidade de políticas públicas de oferta de licenciaturas presenciais.

Até quando vamos fechar possibilidades em vez de abrir caminhos?

No desfecho deste texto trago ao poder público uma provocação, refletir sobre a questão arrolada nas sábias palavras de Manoel de Barros (2006), diz o poeta: “que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças, nem com barômetros. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”.

Texto
Jorge de Oliveira Fagundes Junior

Editor
Ricardo Lengruber

Designer
Igor Veronesi

Jorge é gerente comercial há 17 anos do Posto São José, cursou Economia na UFF e hoje cursa Pedagogia na UERJ, casado com Veruzia há 18 anos e pai de Isabella, hoje com 14 anos. Treinador no Estado do Rio de Janeiro dos Cursos de Paternidade - Growing Families International, dirigidos pela Universidade da Família - UDF.

Educação, única esperança



Foto
Leo Arturius



A EDUCAÇÃO É A ARMA MAIS PODEROSA QUE VOCÊ PODE USAR PARA MUDAR O MUNDO.

Nelson Mandela

V isualizar uma Nova Friburgo inserida num contexto totalmente diverso do restante do país, chega a me soar prepotente. Mas o que seríamos sem utopia, sem um alvo a alcançar? Venho acompanhando a educação desde os idos de 1980, desde as soluções aplicadas no nosso Estado por meio dos CIEP's e agora aos 47 anos de idade, me vejo de fato vivenciando uma realidade que me permite conhecer alguns pontos, elucidá-los e enfim, debatê-los, voltei a Faculdade, curso Pedagogia na UERJ.

Atualmente, nos vemos avançando num projeto de desconstrução da educação brasileira sem que consigamos nos aperceber deste acontecimento, por conta do imediatismo que acomete nossa geração. É necessário sim que nos preocupemos com o futuro, ele nunca é tão distante como pretendemos imaginar. Projetos são essenciais, e sob essa ótica, nada de fato temos feito. Ainda sofremos com o básico, com situações que já tinham sido solucionadas, um movimento cíclico de crise que não nos permite avançar. Ainda discutimos merenda nos colégios, ainda nos enchemos de uma soberba, a tal ponto de abandonar uma parte importante das sérias pesquisas sobre reprovação na Educação Infantil e Fundamental. Parece que cada tentativa de avanço é barrada no tradicionalíssimo conceito que carregamos que dita que Escola boa é a que reprova, que exige, que impõe. E por falar em tradição, que tal nos sugere a Suíça Brasileira, que peso essa pecha nos trouxe?

A educação não deve ser única e exclusivamente baseada em pesquisas, decerto o lado humano deverá falar mais alto que qualquer outro, entender a realidade dos alunos, fazer com que o professor seja parte importante em todo o processo, saber ouvi-lo, contribuir para sua qualificação. O desafio maior, sugere ser o caminhar numa mesma direção. Essa sim, talvez a maior a maior utopia relatada até agora.

A quem interessa um projeto digno de educação que nos permita contribuir para que nossos alunos desenvolvam seu próprio pensamento, seu senso crítico, livre de conceitos ou preconceitos que já chegam prontos como se viessem de uma prateleira de um mercado de ideias abastecido por uma única classe, com uma única visão de mundo?

Sim, claramente um texto com muito mais questionamentos que respostas, mas esse é um modelo que defendendo, chega de pensamentos prontos, chega da indolente preguiça de escolhermos um modelo único a ser seguido.

Proposta pra Educação Nova Friburgo 200 anos por certo muito poderia ser feito. Efetivamente, cultivo enormes receios. Acompanhei há pouco um pequeno documentário que colocava em voga a evolução da educação. O paralelo traçado tinha situações que chegavam ao cômico, mas que devem ser analisadas. Quem de nós conseguiria andar num carro de 150 anos atrás? Como se portavam, a época os sistemas de comunicação, telefonia ou rede de dados?... A triste realidade, uma sala de aula conserva sistematicamente o mesmo conceito...

O turismo evoluiu, as indústrias não param de se adaptar aos novos tempos. O projeto da cidade de Gramado já chegou a ser estudado por alguns governantes daqui, a indústria metalmeccânica é uma das mais modernas, referência no país. As inovações no polo vestuário nos alçou a Capital Nacional da Moda Intima. Pensar, então, numa educação diferenciada, com projetos pedagógicos discutidos com os professores, pedagogos, cientistas, psicólogos, alunos, famílias. Adotar um conceito inovador que priorizasse a democratização do ensino, do conhecimento poderia nos colocar em lugares semelhantes aos que já alçamos por aqui, no entanto com um caráter bem menos efêmero. A educação é para sempre.

Me vejo, um dia, percorrendo ruas na nossa cidade em que a Cultura se faz presente, em que os jovens consigam se ocupar com o que possa chamar sua atenção e acrescentar em suas vidas. Que as oportunidades também se democratizem. Que possamos olhar pra frente e ter uma esperança de que podemos alcançar um modelo melhor, porque já estamos dando alguns passos e por menor que possam parecer, estes são visíveis e sem pensar com caráter imediatista, dará frutos.



Para ter acesso à publicações especiais como essa acesse o site www.ricardolengruber.com e entre na seção **Publicações**.

*Texto***Manoel Espedito Silva***Editor***Ricardo Lengruher***Designer***Igor Veronesi**

Manoel Espedito Silva é morador de Nova Friburgo e professor de História. Atua na Educação Básica lecionando na Rede Pública Estadual. É graduado em História pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia (FFSD), com Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Uma cidade é para gente

Uma cidade? A resposta pode vir rápida e irrefletida. Um espaço com ruas, praças, casas, prédios, comércios, indústrias, escolas... Ou, segundo uma definição mais precisa, a meu ver, uma cidade é, acima de tudo, a sua gente e o que essa gente faz dela, segundo condições historicamente dadas. Elas, as cidades, podem aprisionar o homem nas suas possibilidades e desejos ou libertá-lo no sentido de concretizar sonhos, fazendo valer essas potencialidades. Uma cidade do Brasil, no início do século XXI, é a realização, portanto, de condicionamentos históricos, e o homem que a habita é decorrência do processo que o fez acreditar que é assim, sempre foi e para sempre será.

A partir dessa consideração, arrisco apresentar alguns elementos com o propósito de tentar entender a nossa Nova Friburgo e imaginar mudanças no sentido de repensar o que entendemos por uma cidade e o que aspiramos dela. Todo o espaço urbano é produto da interferência humana. E, essas intervenções atendem a interesses bem específicos e nem sempre edificantes. No caso do Brasil, as cidades se constituíram, segundo a premissa da propriedade, do consumo e do lucro. Afinal, nos inserimos, a partir da chegada dos europeus no século XVI, na lógica mercantilista e, por sua vez, no sistema capitalista nascente.

Nova Friburgo é uma cidade que, como as demais no país, tem "possuidores", "donos" e a massa trabalhadora é classificada apenas como um consumidor, portanto potencial "cliente". Essa é a visão de cidadania prevalecente, a visão de cidadão consumidor. A grande questão é como transformar essa perspectiva de mundo em uma cidade para todos, uma cidade cidadã. Claro que, entendendo cidadania por ter direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei. E por que não à propriedade? Além disso, cidadania é participar, influenciando no destino da cidade com direitos civis, políticos e sociais que são os garantidores, em última instância, da participação do indivíduo na riqueza construída coletivamente.





Foto
Manoel Espedito Silva

Uma cidade plena é aquela que assegura o direito à vida, à cultura, ao trabalho, à educação, à saúde, à mobilidade, a um salário justo, a uma velhice segura.

O que assistimos hoje é um aprofundamento dessa concepção neoliberal com resultados desastrosos para a população. A privatização foi e é receitada como a solução para melhorar os serviços e consequentemente a vida das pessoas. Concedemos a particulares o transporte, a água, a energia e caminhamos, precipitadamente, para áreas como saúde e educação serem parcialmente ou totalmente entregues ao setor privado. As O.S. "Organizações Sociais" são uma evidência incontestável dessa política aqui e alhures. As empresas ou grupos de empresas que assumem esses serviços têm compromisso com seus lucros e não com a população. Essa hipótese, que aparenta ser a única via para a cidade, precisa

ser interpelada e discutida. Outros atores sociais devem se pronunciar e isso só ocorrerá com a radicalização da democracia.

Para esse fim, é premente constituir espaços abertos, escolas livres e organizar uma rede de relações e instituições populares que valorizem as contribuições e as manifestações que se originam no povo e nas suas estratégias de sobrevivência. Isso em seus territórios, ou seja, onde moram, trabalham, festejam, oram, vivem... A lógica de centro geográfico e de poder – Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores – de onde supostamente emanam as soluções, tem que ser questionada e invertida. O núcleo decisório deve se estender a organizações populares e espaços de convivência nas ruas, bairros e distritos. Cabe aos agentes públicos, eleitos ou não, defender, até as últimas consequências, os interesses populares e de suas comunidades. Esses devem ouvir, mobilizar, organizar e conceber juntos.

O histórico recente é de imposição, desconstrução e até desvalorização de movimentos sociais e dos poucos espaços públicos de genuína manifestação cultural do povo. E o mais grave, vivemos um momento de intensa pregação que, paulatinamente, vem criminalizando a cultura popular. Reanimar esses espaços e revelar novidades na relação com outros atores sociais pode ser o início de uma nova cidade. Diante disso, a educação assume um papel primordial na constituição de novos horizontes. Faz-se necessária uma educação que transborde os espaços escolares tradicionais, tecendo uma rede de intermináveis ações que estimulem um mergulho na história da cidade. É fundamental "olhar no espelho", não se envergonhar do que se vê, e mais, com essa imersão na história, desvendar a realidade e tencionar na busca de soluções. Há muitos espaços abandonados, subutilizados ou entregues à "cultura" e eventos de mercado. É imprescindível reativá-los e colocá-los a serviço de uma educação popular que promova cidadania.

Uma comunidade é o que fazemos dela. É essencialmente gente que, nos embates diários, reconstrói a própria existência. Assim, as respostas serão duradouras com envolvimento e participação popular nos debates e posteriores deliberações, pois uma sociedade é feita de pessoas que dão vida a esse espaço chamado cidade.



Foto
Regina Lo Bianco

Luta antimanicomial e a desinstitucionalização da loucura em Nova Friburgo: por outras lutas possíveis

Existe em Nova Friburgo uma cultura arraigada de institucionalização da “loucura”. Na contramão da história recente e perpetuando uma lógica segregacionista muito presente na cidade, o friburguense comum continua reafirmando no auge das comemorações do bicentenário da cidade, que qualquer pessoa que tenha sido acometida por um episódio de insanidade, deva ser internada. Aqueles que por ventura se encontram em sofrimento psíquico então nem se fala, devem permanecer por lá. No entanto, esse é um tema muito caro aos que pretendem cuidar dessas existências tidas como “loucas”. Foucault (1997), em seu trabalho intitulado *A história da Loucura na Idade Clássica*, nos revela que nem sempre o lugar para essas existências foi o hospício, contudo, se direcionarmos um olhar genealógico sobre as práticas institucionais dos últimos séculos, podemos observar que este foi o lugar para o qual eram encaminhados os chamados “tresloucados”, “desarrazoados”. Porém, no decorrer das últimas décadas, vivenciamos um investimento na mudança de paradigma, por meio do que se convencionou chamar de luta antimanicomial. Essa é uma luta travada pelo Movimento Antimanicomial e que

tem o dia 18 de maio como data de comemoração no calendário nacional brasileiro. Esta data remete ao Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido em 1987, na cidade de Bauru, no estado de São Paulo, quando se consolidou esse movimento social que pretendia reivindicar condições mínimas de tratamento aos que necessitam de uma rede de cuidados. E este é o termo chave com o qual se tem trabalhado desde então na tentativa de se promover uma mudança efetiva com relação a forma como vem sendo tratada a loucura: a necessidade da constituição de uma rede de cuidados em saúde mental. Para os militantes deste movimento, é necessário a constituição de todo um aparato institucional equipado para se estabelecer um fluxo de acolhimento e não de segregação e isolamento da sociedade. Para isso, o que se considera reabilitação psicossocial necessita de uma série de dispositivos para se consolidar, quais sejam, CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil, CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, residências terapêuticas, leitos psiquiátricos em hospitais gerais, constituindo assim a chamada rede. Para que esses chamados loucos não sejam encaminhados a uma “instituição



Esta publicação estará disponível também no site: ricardolengruber.com

total”, há de se garantir uma rede pública de equipamentos com o compromisso ético do cuidado. Essas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) devem preconizar o respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia, a liberdade e o exercício da cidadania de seus usuários. Mas para isso, deve-se garantir o acesso a serviços de qualidade, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar (ou transdisciplinar). Deste modo, o trabalho no campo da chamada saúde mental, por sua complexidade, convoca-nos a estabelecer certas conexões que ultrapassam os limites tradicionais compreendidos pela psicologia, pela psicanálise, pela psiquiatria. Obriga-nos a trilhar outros caminhos, como a filosofia, a biologia, a história, e especialmente a política. Assim, para os próximos duzentos anos de Nova Friburgo, não se pode perder de vista a necessidade de investimento em dois movimentos que devem ocorrer simultaneamente: a aposta em coragem de implementar os dispositivos públicos necessários para o exercício desse cuidado em saúde mental e, sobretudo, a criação de ferramentas capazes de incidir na produ-





Foto
Leo Arturius

ção dessas subjetividades que dão sustentação a essa cultura asilar e manicomial tão naturalizada não apenas entre o cidadão comum friburguense, mas principalmente por gestores e profissionais da área. Neste sentido, a luta é permanente, o trabalho é contínuo. Para além da construção de novos modos de luta é necessário também se “redesenhar o campo das possibilidades de vida” (Pelbart, p. 14, 2016). E são essas múltiplas formas e possibilidades de vida, experimentais, ainda nascentes, a quem precisamos estar atentos. Há de se construir uma forma de luta cuja meta é a conquista de uma democracia que não seja somente política, mas que seja também econômica, social e cultural. Ou seja, “toda a questão é como alargar o campo da política, ou pensar a dimensão política das formas de vida, e da sensibilidade que lhes corresponde” (Pelbart, p. 16, 2016). É necessário então, que os movimentos contemporâneos sejam capazes de apreender os novos dados de subjetivação coletiva e fazer com que essa subjetivação se dê de maneira verdadeiramente progressista, desenvolvendo referências de liberação, criando novos espaços de liberdade, propondo novos hori-



EXISTE EM NOVA FRIBURGO UMA CULTURA ARRAIGADA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA “LOUCURA”.

zontes à essa subjetivação, fora dos marcos tradicionais e conservadores, e, em particular, reinventando os modos de se fazer política. Assim, mais do que o futuro da luta antimanicomial, é importante atentarmos para sua dimensão

processual. Cabe pensarmos então como temos sido privados, continuamente, da reforma psiquiátrica enquanto processo, e com isso, impedidos de enxergar o quanto as formas de luta e resistência se reinventam.

Referências:

FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
PELBART, Peter Pal. *Carta aberta aos secundaristas*. São Paulo: Editora N-1, Col. Pandemia, 2016.

A Causa Animal em Nova Friburgo

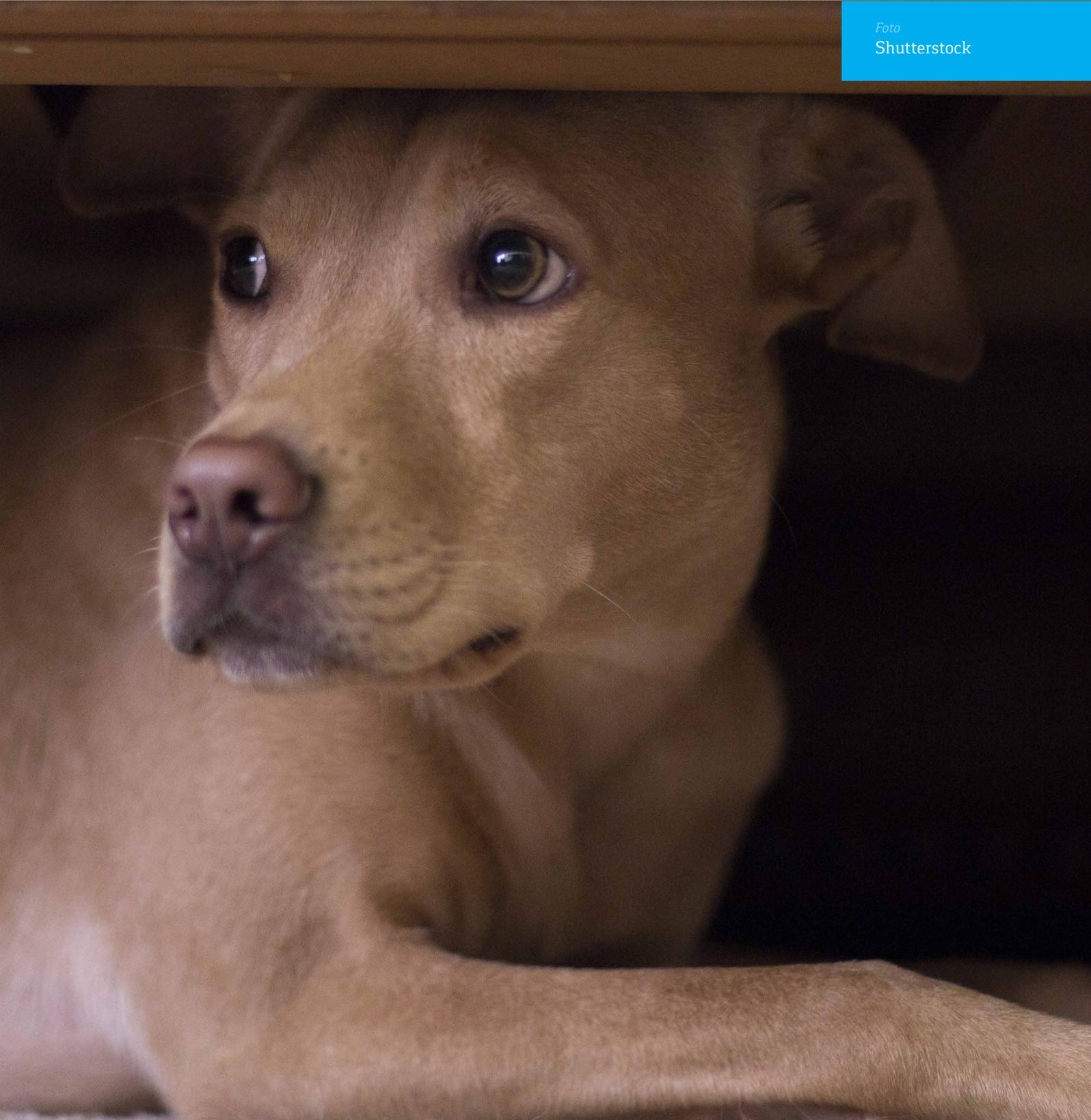
Texto

Eponine Rocha Bom e Nathália Emerick

Eponine é professora e Nathália é jornalista. Ambas atuam na causa animal de forma independente. Participam de várias ações voltadas para os animais e são voluntárias em campanhas de adoção.

Propostas para além dos 200 anos

Foto
Shutterstock



Para ter acesso às publicações especiais como essa acesse o site www.ricardolengruber.com e entre na seção **Publicações**.

Em razão da comemoração do bicentenário de Nova Friburgo, muito se tem discutido sobre a omissão do poder público em relação às necessidades básicas da população. Quando o assunto se volta para a proteção animal, a situação se torna ainda mais complexa e escancara a ineficiência dos órgãos públicos.

Atualmente, Nova Friburgo possui uma subsecretaria exclusivamente ligada ao bem-estar animal. Com recursos reduzidos, quantidade insuficiente de mão de obra e estrutura precária, o órgão não possui capacidade para atender todas as demandas do município. Apesar do preparo e da boa vontade de quem comanda a pasta e de algumas medidas bastante eficazes – como as campanhas de adoção e a implantação de microchips em animais, inclusive nos de grande porte –, faltam sensibilidade e interesse político da atual gestão em direcionar investimentos à causa.

O programa de castração, que deveria ser o carro-chefe de qualquer política pública séria e eficiente voltada para os animais, nunca mereceu por parte das gestões municipais a atenção devida e um planejamento eficaz.

O município não possui abrigos para os animais abandonados, nem rede popular de atendimento veterinário. Percebemos um grande esforço de grupos de proteção e de protetores independentes, que se desdobram para atender essa ausência do poder público.

Queremos deixar claro que não apoiamos a criação de abrigos públicos, pois que correriam o risco de se tornarem verdadeiros depósitos de animais, porém, defendemos um maior investimento municipal nos abrigos já existentes graças à persistência e à dedicação de grupos de protetores.

Segundo a lei, a tutela de todos os animais existentes no país é de responsabilidade do Estado e cabe ao Ministério Público representá-los judicialmente (Decreto-Lei nº 24.645/34). A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, diz que é dever do Estado proteger os animais, sejam eles domésticos ou silvestres. No entanto, órgãos

públicos que poderiam contribuir mais com a causa animal – Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e o próprio Ministério Público – perdem-se, na prática, em burocracia e indefinições de competências.

Por outro lado, percebemos que a população, em geral, desconhece a competência de cada órgão e os direitos em casos de denúncia e orientações básicas. Com isso, muitos casos sequer chegam aos órgãos acima citados. As políticas públicas de bem-estar e proteção animal deveriam contemplar também um programa educativo voltado não só aos direitos e à competência do poder público, mas também aos deveres de todos.

Com todas as reflexões feitas a partir das comemorações dos 200 anos, esperamos que a causa animal também receba um olhar mais cuidadoso e sensível das autoridades e que a população tenha mais iniciativa para fiscalizar e cobrar eficiência das ações governamentais.

Para os próximos dois séculos, desejamos que a Lei Municipal nº 4.443/16, que institui a lei municipal de proteção e bem-estar de animais domésticos no município de Nova Friburgo, seja mais divulgada, amplamente observada e colocada em prática. Que essas ações reflitam em menos animais abandonados e maltratados e em maior envolvimento dos demais órgãos públicos no cumprimento das leis existentes.

Esperamos que haja um amadurecimento das consciências no que se refere à causa como um todo. É preciso compreender que a questão não é só de amor aos animais, mas também de saúde pública, uma vez que um animal nas ruas pode representar risco de transmissão de doenças.

Desejamos que as conquistas atuais não se percam. Não queremos a liberação dos rodeios, pois não acreditamos que tortura seja considerada cultura ou esporte; não queremos a volta das charretes na praça do Suspiro, por acharmos que não há uma forma minimamente digna de exploração da força animal em condições tão degradantes; queremos a maior divulgação da lei que estabelece normas para o atendimento de animais comunitários (Lei nº 4.163/12), porque entendemos que, mesmo num cenário mais otimista, ainda veremos animais pelas ruas.

Gostariamos, enfim, que Nova Friburgo se tornasse referência na proteção animal no país, não só no tocante à atuação do poder público, como também na união dos protetores, visto que atualmente temos um cenário de disputas entre grupos por visibilidade e ânsia política. Somente quando percebermos que a causa é única e que devemos somar nossos esforços em uma mesma direção, teremos mais força para cobrar, articular, propor e agir.

Bibliografia:

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

Brasil. Decreto-Lei nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jun. 2018.

Nova Friburgo. Lei nº 4.443, de 31 de março de 2016. Disponível em <<http://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6811&cdDiploma=7370>>. Acesso em 07 jun. 2018.

Nova Friburgo. Lei nº 4.163, de 25 de outubro de 2012. Disponível em <<http://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6811&cdDiploma=4970>>. Acesso em 09 jun. 2018.

Foto
Leo Arturius



“A cidade
deve ser
ao invés
ideal com
nossos
e plan
ortos

Cacau Rezende é Eng.º Civil e artista plástico, autor de vários artigos sobre Planejamento Urbano para o Jornal Século XXI. Fundador do "Movimento Cidade Participativa" (ações sociais e de planejamento urbano) e apresentador do programa Cidade Participativa na rádio Comunidade, fm104, 9 em Nova Friburgo.

Uma nova política de desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo para Nova Friburgo

ade real
er o foco,
s da cidade
no querem
políticos
ejadores
doxos."

UM BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO EM NOVA FRIBURGO

No início do século XIX, na Europa, a Inglaterra dominava o primeiro lugar entre os países industrializados, mas aqui no Brasil não era permitido a abertura de indústrias, por força do Pacto Colonial imposto pela coroa Portuguesa, obrigando aos colonos comprar os produtos manufaturados de Portugal.

É neste contexto histórico que, em 1818, surge Nova Friburgo.

"Como Adão deu sua costela para criar Eva, Cantagalo deu parte de seu território para fundar Nova Friburgo." (CORREA, 2011) O nome adotado é uma homenagem à cidade de origem dos primeiros colonos suíços, Fribourg.

Entretanto, a adaptação ao local naquele início não ocorreu facilmente. Existem relatos de inundações com danos às lavouras e às residên-

cias dos colonos.

"(...) A primeira safra será um fracasso. (...) Desanimados, abandonam as fazendas e voltam para a vila. (...) O Rio Bengalas transbordou, as pontes que não foram arrastadas ficaram danificadas. A enchente atingiu as casas. (...) O progresso estancou. Parece que tudo tem de recomeçar". (NICOULIN,1996 appud CORREA,2011)

Apesar das experiências dos portugueses na época sobre ocupação territorial, parece-nos que não houve uma colonização planejada como desejava o regente.

A partir daí o que vimos foi uma reprodução do que aconteceu na maioria das cidades brasileiras: Oferta de empregos urbanos, migração acelerada campo-cidade, no início, provocada pela abolição da escravatura, depois pela alteração na tecnologia de produção agrícola e mais tarde, devido ao processo de industrialização.

"Como Adão deu sua costela para criar Eva, Cantagalo deu parte de seu território para fundar Nova Friburgo."

O QUADRO ATUAL

Sem nenhuma política de desenvolvimento, as populações mais carentes ocuparam as regiões mais baratas como as encostas, a ribeirinha e ao longo da extinta rede ferroviária, sem qualquer orientação e com desobediência completa das regras estabelecidas. Como não pretendiam ou simplesmente não se preocupavam com um Plano Habitacional para atender a estas demandas, os políticos fecharam os olhos para o problema, e pior, mais tarde foram legalizando estas construções irregulares. Por consequência deste descaso, os problemas urbanos cresceram, mergulhando a população desassistida num profundo abismo de desigualdade social.

A ARTE DE FAZER ERRADO

Historicamente nas nossas cidades, se “o cidadão ou a comunidade interessada não se transformar em um cliente de certo político, dificilmente obterá algo. Mas de qualquer modo poucos terão a sorte grande. O dinheiro é pouco. Os poucos escolhidos servirão, como na loteria, para manter acesa a esperança dos não atendidos” (CAMPOS, FILHO, 1989).

Acontece que essas melhorias clientelistas aumentam a diferença entre os níveis sociais de um bairro para outro, fazendo com que os mais ricos fiquem mais urbanizados, e os mais pobres, sem força política e poder de aquisição, vão sendo empurrados para locais mais distantes e sem quaisquer infraestruturas. Aí “de novo aparecerão políticos bonzinhos” muitos escondidos por um viés ideológico, “querendo ajudar essas famílias a resolver seus problemas, de forma pontual e isolada” (CAMPOS, FILHO, 1989), na medida certa do número de votos necessários para se elegerem.

■
Esta publicação estará disponível também
no site: www.ricardolengruber.com

QUAL A CIDADE QUE QUEREMOS?

Depois de seis mil anos de história desde o surgimento das primeiras comunidades, creio já conhecermos as respostas:

Serviços e equipamentos públicos, educação, saúde, cultura e lazer, com acessibilidade garantida e distribuída igualmente a todos os cidadãos e cidadãs, principalmente aos mais frágeis, os idosos, as crianças, os pedestres e os deficientes físicos. Moradias dignas em locais com infraestrutura completa, saneamento, sistema viário, transporte público de qualidade.

Mas cidade é dinâmica, algo que está de alguma forma se transformando no tempo e, portanto, deve ser vista como o produto de um determinado contexto histórico, e não como um modelo ideal a ser concebido. (KOHLSDORF, 1985) A cidade real deve ser o foco, ao invés da cidade ideal como querem nossos políticos e planejadores ortodoxos.

AFINAL DE CONTAS, O QUE FAZER PARA A CIDADE FUNCIONAR DO JEITO QUE NÓS QUEREMOS? QUAL O CAMINHO QUE DEVEMOS SEGUIR PARA QUE ISTO ACONTEÇA?

No final do século dezanove e início do século vinte, começa a surgir novas formas de lidar com as questões da cidade e soluções para seus problemas. Entretanto, os avanços produzidos não foram necessários para acabar com a desigualdade existente, ao contrário, só aumentaram. Finalmente, a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto das cidades (2001) surgiram instrumentos para combatermos as forças clientelis-



Foto
Leo Arturius

Referências:

CORREA, Maria Janaína Botelho - Histórias e Memória de Nova Friburgo, 2011.
MALTA, Cândido Filho - Cidades Brasileiras: Seu controle ou o Caos, 1989.
KOHLSDORF, M. E. O espaço da cidade: Contribuição à análise urbana ..., 1985.

Negar o planejamento é aceitar a cidade do jeito que for!

tas e a desigualdade social. Cidades com mais de 20 mil habitantes foram obrigadas a ter um Plano Diretor, assim como, Plano de Habitação, Plano de Saneamento Ambiental, Plano de Mobilidade e Transporte, Plano de Bacia hidrográfica e Plano de Uso, ocupação do solo e Zoneamento.

Estamos conscientes que o caminho é através de uma nova política de desenvolvimento urbano baseada em planejamento nos moldes definidos no Estatuto das Cidades, e que seja ao mesmo tempo, sustentável e inclusivo. Um dos instrumentos mais eficazes, por exemplo, é o planejamento de bairro.

Agora para mudarmos esse quadro existente, devemos alertar e conscientizar as populações o quanto são enganadas por esse processo clientelista, sob o risco de enfrentarmos problemas de graves proporções, como a catástrofe de 2011. A Alerj apresentou um relatório final de 261 páginas onde os deputados concluíram que a principal causa estaria relacionada à falta de planejamento urbano e de ações de prevenção e alerta.

Negar o planejamento é aceitar a cidade do jeito que for!

Texto
Dib Curi

Editor
Ricardo Lengruber

Designer
Igor Veronesi

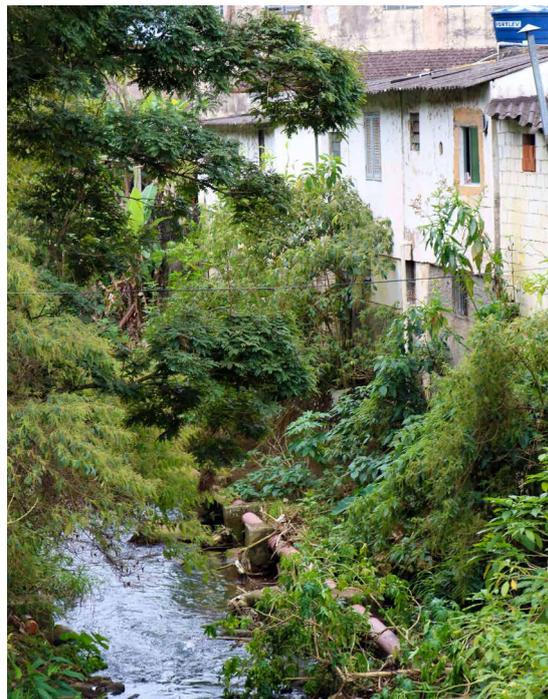
Professor de Filosofia formado pela UFMG/UNIMES e pós graduado pela Universidade Cândido Mendes. Ambientalista e editor do Jornal Fórum Século XXI.

Nova Friburgo: Verde por natureza

Colocar Nova Friburgo no contexto da preocupação mundial com o meio ambiente é muito fácil. Afinal de contas, estamos numa das áreas mais valorizadas do mundo, um hotspot (zona quente). Os hotspots são áreas de grande biodiversidade, ricas em espécies endêmicas, vegetais e animais, que apresentam um alto grau de ameaça. Essas áreas são prioritárias nos programas de conservação mundiais e existem recursos para projetos sustentáveis para estes locais.

Estamos falando da Mata Atlântica, um bioma extremamente valorizado pela comunidade científica internacional. Desde 1500, perdeu 93% de sua extensão. Dos 7% que restaram, destaca-se a Serra do Mar, onde nos situamos: um dos maiores redutos da biodiversidade remanescente do planeta.

A nossa Mata Atlântica é também um vasto manancial de água, pela presença das florestas, que servem como esponjas, retendo o precioso líquido e liberando-o durante todo o ano, através de nascentes, riachos e rios que descem a serra, abastecendo cidades que ladeiam o rio Macaé, o Paraíba do Sul, entre tantos outros rios que aqui nascem.



Fotos
Leo Arturius

Para ter acesso à publicações especiais como essa acesse o site www.ricardolengruber.com e entre na seção **Publicações**.

Justamente por sua importância ambiental e hidrográfica, Nova Friburgo, que possui mais de 50% de seu território coberto de matas nativas, tem várias áreas de preservação, destacando-se a APA Estadual Macaé de Cima e o Parque dos Três Picos, preservando riquezas e belezas para futuras gerações.

Evidente que mais do que preservar, é necessário otimizar. Devemos ter uma prática ambiental efetiva, o que nos beneficiará, não só pela qualidade de vida, advinda da temperatura e águas límpidas, mas também através da geração de emprego e renda. Neste sentido, cremos que as políticas públicas abaixo listadas são os nossos principais desafios nos próximos anos.



1- Compromisso na arrecadação do ICMS Verde: Lei Estadual nº 5.100 de 2007, o ICMS Verde é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios o acesso a parcelas maiores dos recursos do ICMS, em razão do atendimento à determinados critérios ambientais estabelecidos. O ICMS Verde é composto pelos seguintes critérios: 45% para unidades de conservação; 30% para qualidade da água; e 25% para gestão dos resíduos sólidos.

2- Proteção dos mananciais de água: A proteção dos mananciais e nascentes é a nossa mais importante missão. Nosso município presta inestimáveis serviços ambientais ao Estado do Rio, através de suas florestas que armazenam água. Nos próximos anos, com a valorização da água, teremos papel de destaque no atendimento das demandas hídricas do Estado e ganharemos cada vez mais com isto. Mas podemos perder também. É preciso atenção com as modalidades de privatização ou concessões para a construção de represas.

3- Ecoturismo e Esportes de Aventura: Com o crescimento da deman-

da mundial por passeios ecológicos, ecoturismo e esportes de aventura, podemos nos destacar, não só por nosso ambiente privilegiado, mas pelo oferecimento de infraestrutura e eventos, investindo na recepção de turistas através da administração profissional do setor. Podemos gerar um crescimento sustentável em regiões como Lumiar, São Pedro da Serra e etc. Passeios na natureza, de bicicleta, trekking, montanhismo, rafting, rapel, voo livre, além de sediarmos eventos nacionais e internacionais, poderiam gerar uma propaganda positiva de nossas belezas, aumentando a taxa de ocupação em hotéis, pousadas e restaurantes.

4- Agricultura: Nosso município é o principal ator do cinturão verde-agricultor do estado do Rio. Destaca-se o cultivo de frutas, legumes, verduras e flores, o que nos torna referência na agroindústria. É importante a valorização e o apoio à agricultura familiar e também um programa de conversão para a agricultura orgânica, combatendo o imenso uso de agrotóxicos, o que tem contaminado nossos lençóis freáticos. O crescimento da agricultura orgânica pode nos transformar em

referência nacional na produção de alimentos saudáveis. É preciso avançar também na aplicação do sistema agroflorestal.

5- Educação ambiental e valorização das florestas: Um trabalho de educação ambiental nas escolas municipais deve começar a partir da coleta seletiva do lixo, do cuidado com os rios e nascentes e a valorização das florestas. Necessário fiscalizar e impedir a perda de cobertura florestal em áreas urbanizadas, principalmente, em topo de morros. Criar linhas de financiamento para a construção de fossas sépticas nas regiões sensíveis ou ecoturísticas. Trazer divisas com pesquisa genética de fitoquímicos e patentes de medicamentos, elaborados a partir de nossas plantas. Podemos ser um polo produtor de espécies de Mata Atlântica para reflorestamento. Devemos avançar na sustentabilidade de nossas práticas. O fato preponderante nos próximos 200 anos é: quem tem biodiversidade, florestas e água é muito rico e, conforme passa o tempo, tornar-se-á milionário. É só saber proteger e otimizar o que se tem. Nova Friburgo está em cima de um verdadeiro tesouro.

Perspectivas socioambientais de Nova Friburgo: cidadania e conservação das águas e florestas



Foto
Regina Lo Bianco

A transformação dessas situações passa pela mudança de práticas e valores por meio da Educação Ambiental

No contexto da crise ambiental global (escassez dos recursos naturais, extinção da biodiversidade, poluição das águas, dos solos, sonora, visual, atmosférica, mudanças climáticas), o futuro de Nova Friburgo está ligado à riqueza da biodiversidade e dos recursos hídricos; é o quarto município do Rio de Janeiro em área de florestas¹, que abrigam espécies endêmicas, muitas em extinção e estão protegidas por unidades de conservação da natureza (UC): 5 Áreas de Proteção Ambiental; 1 parque estadual e 22 Reservas Particulares de Proteção da Natureza.

As áreas florestadas são fundamentais para garantir a qualidade do ar, assegurar o equilíbrio climático e amenizar os impactos dos eventos extremos, como a tragédia da Região Serrana em 2011, decorrentes das mudanças climáticas, que alternarão fortes chuvas concentradas com longos períodos de seca. São essenciais para proteger as encostas dos escorregamentos de terra e dos processos erosivos característicos de uma região chuvosa e montanhosa; são responsáveis pelo regime hídrico, pois produzem água: recurso fundamental para a existência da vida e desenvolvimento de todas as atividades humanas. As águas de Nova Friburgo são drenadas por duas bacias hidrográficas: a do Rio Macaé e a do Rio Paraíba do Sul.

As águas do Rio Macaé são usadas para o turismo, agropecuária, abastecimento humano e por grandes empresas energéticas, como duas termelétricas e a cadeia produtiva de petróleo e gás, em Macaé. Essas águas são o "ouro azul"; mas estão ameaçadas pelo desmatamento e ocupação desordenada das margens com construções e estradas responsáveis pela erosão e assoreamento dos rios; por técnicas agropecuárias predatórias; pela poluição e até pela possível construção de pequenas centrais hidrelétricas, diante do descaso do Poder Público.

O território de Nova Friburgo é montanhoso; cerca de 70% é área de preservação permanente; legalmente não deveria ser ocupada. Mas, nas últimas décadas, devido à ganância e falta de consciência individual e à omissão do governo municipal em relação ao saneamento básico e ao controle e fiscalização das construções, a ocupação urbana desordenada, acompanhando as margens dos rios e as encostas, coloca em risco a vida dos moradores. O município apresenta problemas graves de mobilidade: o sistema de transporte público é péssimo e as vias de circulação estão saturadas. O problema é agravado pelo tráfego de caminhões e de ônibus na Rodovia RJ-116, gerador de poluição atmosférica, sonora e congestionamentos.

A produção agropecuária com destaque para a agricultura familiar é pujante; abastece a região metropolitana com

hortifrutigranjeiros e produz flores em larga escala. Mas o uso intensivo de insumos químicos traz graves impactos ambientais e afeta a saúde dos agricultores e dos moradores que residem próximos às plantações. O município apresenta elevados índices de casos de doenças decorrentes da exposição aos agrotóxicos.

A transformação dessas situações passa pela mudança de práticas e valores por meio da Educação Ambiental: instrumento de fortalecimento da cidadania e instrumentalização para a participação social, capaz de sensibilizar quanto à necessidade de construção de uma sociedade sustentável, mais justa, baseada em novo padrão de relações dos seres humanos com a natureza e entre si. Visa fortalecer a gestão democrática e ampliar a participação cidadã nos fóruns deliberativos da sociedade.

É preciso criar novas UCs e promover estratégias de desenvolvimento sustentável, que possibilitem rentabilidade econômica, melhoria da qualidade de vida, justiça social e conservação ambiental; como o turismo, principalmente de base comunitária. É essencial conciliar a agricultura familiar com a conservação ambiental pela adoção de sistemas agroflorestais; do Pagamento por serviços ambientais (sequestro de carbono e produção de água); de circuitos curtos de comercialização, ligando os produtores diretamente aos consumidores; uso de novos materiais (bambu) e agregar valor à produção agrícola com o beneficiamento dos produtos.

É fundamental implantar o Plano Diretor de desenvolvimento urbano e atualizar a lei do uso do solo; desconcentrar a ocupação do território e fortalecer as economias das localidades, garantindo acesso ao trabalho e aos serviços essenciais, como educação e saúde, para evitar deslocamentos; melhorar o sistema de transporte público, construir cicloviárias e fazer a rodovia do contorno. Universalizar os quatro pilares do sistema de saneamento básico: abastecimento de água tratada; coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento dos resíduos sólidos; drenagem de águas pluviais.

Se esses caminhos forem trilhados, talvez os moradores de Nova Friburgo consigam efetivar seu direito constitucional ao meio ambiente equilibrado e sadio e à digna qualidade de vida.

¹ *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica (Fundação SOS Mata Atlântica/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) -2018; <https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica>*

Fernando é Professor, Ambientalista e Geógrafo.

Mata Atlântica: a Floresta dos lagos suspensos



“Ao andar nas trilhas da mata sempre estamos ouvindo alguma água escorrendo como rios, regatos ou pequenos córregos.”

Fotos
Regina Lo Bianco

Fernando Cavalcante



Quando se adentra a Mata Atlântica de nossa serra (Macaé de Cima por exemplo) sentimos a umidade no ar. Ao caminhar em vertentes voltadas para o sul que tem naturalmente menos insolação, a umidade é maior ainda. Os córregos se multiplicam. Ao andar nas trilhas da mata sempre estamos ouvindo alguma água escorrendo como rios, regatos ou pequenos córregos. Mas muitas vezes nem percebemos que estamos andando debaixo de verdadeiros lagos suspensos que mantem uma quantidade significativa de vida aquática acima das nossas cabeças.

São os milhares de Bromélias que povoam as copas, troncos, galhos das árvores que armazenam litros e mais litros de água em seus verdadeiros tanques. Toda esta água suspensa ajuda a conferir umidade significativa, aumentando as condições para a formação de solos de alto teor orgânico com a presença maciça de decompositores.

Nestes tanques das bromélias se prolifera toda uma fauna que vive em função da água represada nos jardins suspensos. Uma variedade enorme de animais típicos de pântanos e lagos vivem tranquilamente nos tanques das bromélias situadas muitas vezes, a mais de 20 metros de altura do solo.

Nas vertentes serranas da Mata Atlântica onde a variedade de bromélia é muito grande, podemos dizer que são milhões de litros de água armazenada acima das cabeças dos caminhantes da mata. Desde microscópicos protozoários, passando por lavras de inúmeros insetos até pequenos verte-

brados, como sapinhos arborícolas, são encontrados nos grandes e pequenos tanques das bromélias. Normalmente uma bromélia armazena perto de um litro de água. Mas a *Vriesia gigantea*, por exemplo, chega a conter 4 litros de água em seu tanque.

Os tanques de armazenamento de água das bromélias, abriga também folhas que caem. Criando assim um ambiente propício a instalação de decompositores, tornando este pequeno espaço do tanque das bromélias em um ponto de grande atividade biológica e também grande biodiversidade.

Todo esse material se decompõe lentamente, transformando-se num húmus muito semelhante ao do solo. Ela serve de residência para aranhas, besouros, centopéias, lesmas e até mesmo minhocas.

Assim, as bromélias levaram para a parte de cima da floresta, para a copa das árvores, um pouco de seu chão, da parte superficial do solo.

Do ponto de vista ecológico, as bromélias conseguiram criar um ecossistema lacustre e de pântanos nas partes altas das árvores. São os lagos suspensos da Mata Atlântica.

Essa é mais uma demonstração da beleza, complexidade e magia do equilíbrio natural das matas. Frágil, quando atacado, o ecossistema das matas de altitudes revela, no entanto, sua força e poder de produção das águas necessárias a vida. Por isso a necessidade do entendimento de sua fragilidade para desfrutar de toda sua força exuberância e beleza na promoção da vida. Viva as florestas: a mãe das águas!!!



Foto
Shutterstock

Texto
Fernando Cavalcante

Editor
Ricardo Lengruher

Designer
Igor Veronesi

Fernando é Professor, Ambientalista e Geógrafo.

A Grande Nova Friburgo e o pioneirismo na Pecuária do Gado Nelore/ Zebuino

Os primeiros momentos dos colonos suíços nas terras a eles destinadas em Nova Friburgo gerou muita decepção. O certo é que muitas famílias dos colonos foram buscar novas alternativas em terras baixas e mais quentes e mais lucrativas, em termos de possibilidades.

Como vemos no mapa anexo, o território da Nova Friburgo original se estendia até as margens do Rio Paraíba do Sul. A ocupação sistemática destas terras obedecia a um ordenamento governamental para dirigir os objetivos de produção agropecuária e cobrar os impostos, é claro. Com a valorização da cultura do café e sua adaptabilidade as terras serranas fluminenses, seu plantio se expandiu em toda região de Cantagalo a Nova Friburgo. Extensas áreas de Mata Atlântica



ERA UM TRABALHO DURO QUE NECESSITAVA DE MUITOS HOMENS, ESCRAVOS EM MAIORIA, E ANIMAIS DE TRAÇÃO E TRANSPORTE.

iam ao chão para darem lugar ao café.

Interessante notar a pesquisa de David Muller, que em seu livro *Serra dos Orgãos sua História e suas Orquídeas* (David Miller, Richard Warren, Izabel M. Miller e Helmut Seehawer, 2006), nos revelou que a maioria das matas que eram colocadas no chão para serem substituídas pelo café eram autorizadas pelo governo com data para ser iniciada. Isso se devia ao fato, dentre outros, da necessária presença de elementos do governo para verificarem o local e sua extensão, e também a presença de jardineiros e paisagistas ingleses e brasileiros, que recolhiam as orquídeas e bromélias caídas com o desmatamento. Assim os Jardins e Estufas da nobreza inglesa estavam povoados de orquídeas e bromélias típicas da Serra dos Orgãos.

Era um trabalho duro que necessitava de muitos homens, escravos em maioria, e animais de tração e transporte. Para alimentar tais animais, outras tantas extensões de terra eram desmatadas para o pasto e o milho. Fundamental para o abastecimento animal e humano.

E assim a Mata Atlântica foi desaparecendo.

Com o rápido crescimento da cafeicultura local, cresceu também a economia regional trazendo consigo novas necessidades oriundas do desenvolvimento.

Dentre tais necessidades, havia o interesse em melhorar o plantel de gado.

Tanto na tração e transporte, quanto na produção de leite, carne e derivados, era de fundamental importância o aprimoramento das raças para maior eficiência e eficácia da pecuária nascente.

Exatamente neste momento começava o aprimoramento da pecuária no Brasil.

Para o aprimoramento do gado no Brasil, buscou-se sistematicamente matrizes zebuínas na Índia.

E a grande Nova Friburgo estava presente e atuante nesta empreitada pioneira de melhoramento do rebanho bovino brasileiro a partir de matrizes zebuínas/nelores.

Pesquisas e informações do Museu do Zebu, em Uberaba, consolidadas em e-books publicados pela Fazenda Genetatuapé (<http://www.genetatuape.com.br/site/>) dão conta do itinerário da implantação pioneira de melhoramento genético do gado brasileiro através da importação de matrizes Indianas do gado Zebu/Nelore.

Até então o gado presente no Brasil vinha com os colonos, que traziam uma ou duas cabeças para iniciar seu trabalho de domar a terra. Muitas cabeças de origem zebuínas entraram no Brasil colônia a partir do arquipélago de cabo verde. Tratava-se de gado africano de origem zebuína. Há várias informações históricas de que no século XVII e XVIII o Brasil recebeu muitos reprodutores desta origem.

O pioneirismo da importação de matrizes zebuínas indianas, visando o aprimoramento do rebanho ficou, evidentemente, com a família real. Além da família real a força econômica da cafeicultura no Rio de Janeiro consolidou a iniciativa da importação de matrizes da Índia.

A Fazenda Imperial de Santa Cruz (atual zona oeste do município do Rio) em 1826 foi a primeira a receber matrizes zebuínas de qualidade para aprimoramento do rebanho brasileiro. Eram de origem Africanos, do vale do rio Nilo. De pelagem negra, seu cruzamento com o gado crioulo brasileiro deu origem ao gado chamado de “china”.

Em 1870 o “Segundo Barão de Duas Barras”, Elias Antônio de Moraes, promoveu a vinda dos primeiros reprodutores da raça Guzerá em sua fazenda Ribeirão nas terras de Cantagalo/RJ. Seu principal reprodutor, o touro Gladiador fez história

na constituição do rebanho da conhecida fazenda Itaoca, em Boa Sorte (Cantagalo / RJ).

Nesta mesma época os herdeiros do Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto Filho e Bernardo Clemente Pinto, como empreendedores, através de sua empresa “Friburgo & Filhos”, promoveram uma das mais antigas importações de Zebus para suas fazendas Areias, Boa Sorte e Aldeia. Em 1887 sua empresa se tornou uma especialista em importação de gado da Índia. Vários núcleos de criação de zebuínos no Brasil se originaram a partir do gado importado pelos Clemente Pinto.

Na região entre Cantagalo e Porto Novo do Cunha o Cel. Manoel Ublehart Lemgruber, da Fazenda Santo Antonio introduzia um plantel importado da Índia, donde se destacava o touro Nero (importado em 1880), posteriormente em 1883 o touro Castor e em 1887 o reprodutor Hanomet.

Esta história é longa e vai acompanhando os ciclos regionais de história econômica brasileira.

Pela importância que teve a produção de café no Estado do Rio de Janeiro era lógico que o aprimoramento da produção passava pelas terras da grande Nova Friburgo à Grande Cantagalo, primeiro grande centro cafeicultor do Brasil.

Um dos símbolos dessa importância da cafeicultura local foi a construção do segundo colégio Jesuíta (Colégio Anchieta) em Nova Friburgo, e não na cidade do Rio de Janeiro. O capital oriundo da cafeicultura explica a necessidade de boas escolas para os filhos dos influentes cafeicultores locais.

Histórias como essas não podem ficar esquecidas pois fazem parte da construção da atualidade dos povos e municípios desta região serrana fluminense. O conhecimento da história de um povo gera sentimento de territorialidade, de pertencimento ao seu território. Torna um povo mais orgulhoso e mais cuidadoso com seu espaço geográfico e seus potenciais recursos para seu desenvolvimento.

Nestes 200 anos não podemos nos esquecer da caminhada da grande Nova Friburgo rural, selvagem e natural original até a atual Nova Friburgo urbana e industrial e prestadora de serviços.

Texto

André Queiroz Ferreira Mello

Editor

Ricardo Lengruber

Designer

Igor Veronesi

André é Mestre em Ciências Jurídicas pela PUC/RJ e Professor do CEFET/RJ - Campus Nova Friburgo.

Nova Friburgo de 200 anos passados aos 200 à frente

Reencontrar na memória os fatos marcantes do encontro de um migrante com a antiga fazenda do Morro Queimado é voltar ao ano de 1998, quando pela primeira vez a estrada que serpenteia as montanhas que ladeiam o município descortina o forasteiro para um cenário de múltiplos tons de verde. Da janela do ônibus contempla-se o espetáculo da natureza, e a despedida da cidade do Rio de Janeiro, em dia de céu estrelado, pode ser feita ao longe, quando as luzes da outrora cidade maravilhosa cintilam na linha do horizonte, tão logo percorridos os últimos quilômetros até a primeira placa de boas vindas a Nova Friburgo.

Essa primeira impressão, valendo-se de um campo empírico de dados coletados ao longo desses vinte anos, muito pelas conversas com os que aqui chegaram embalados pelo mesmo sonho de fixar raízes em solo serrano, permanece guardada em algum escaninho do inconsciente que, de quando em vez, exsurge ao nível da consciência, tal qual ocorre nesse momento, onde a tela branca do computador desafia o autor para o texto que ora se apresenta.

Todavia, respeitado o conceito de município, pela composição dos ambientes urbano e rural num determinado espaço geográfico (Santos, 1978) cada vez mais a vida cotidiana encarta o cidadão numa série de compromissos que selam a identidade dele com a cidade que o envolve. A aspereza do concreto toma a cena banindo para bem distante a terra, o mato e tudo mais que represente o ambiente bucólico da vida no campo. Chegar em Nova Friburgo é uma coisa e viver nela é outra.

Com Nova Friburgo aconteceu o que costuma acontecer com todo o município que assume papel protagonista nas transformações históricas de uma região. A cidade, desde a virada do século retrasado, passa a ser polo irradiador do desenvolvimento dos demais municípios de seu entorno (Jaccoud, 1999). Traz consigo, portanto, os vícios e virtudes típicos de um processo dessa natureza.

O pensamento de Deleuze (1968) acerca dos fluxos e influxos de experiências que interpenetram os homens, marcados pelos símbolos da modernidade, demonstram a paisagem desumana embutida de cimento e fumaça cinza que enubrecem predicados da cidadania. Os olhos já não vêem corpos em movimento pelos caminhos percorridos pelos antepassados friburguenses. Os corpos





em movimento são hoje as máquinas que percorrem as vias construídas para esse fim. Não se vê mais gente porque essa gente anda de carro. Cria-se a partir deste quadro um mecanismo cruel de vida social, onde o ser cede lugar para o ter (Baumann, 2007). Em outras palavras, a pessoa vale pelo que ela tem e não pelo que ela é. O status econômico social define o grau de cidadania, quando para se exercer direitos deve-se cercar de símbolos de prosperidade material, sendo o carro um bom exemplo disso.

Mesmo que distante das metas de aquisição de bens materiais capazes de conferir garantia de acesso a uma vida segura, ainda assim resta ao cidadão valer-se do artifício da aparência. Surge a partir daí, na impossibilidade de se conjugar o verbo ter, o símbolo do parecer ter (Baumann, op. cit.). Ou seja, mais vale a aparência de uma vida de opulência diante da escassez de bens até mesmo comezinhos.

A paisagem urbana, como fenômeno característico da revolução industrial, caracteriza-se por estes sinais invertidos que interditam a existência e a transmissão da vida. Em Nova Friburgo isso deixou de ser novidade. Ao ser humano relegado a um papel secundário nos mercados que congregam hoje em sua volta a vida de muitas cidades. Pode-se dizer que, em tom sarcástico, somente é verdadeiramente homem o indivíduo capaz de consumir ou aquele capaz de fazer circular os bens de consumo. Os demais são descartáveis.

Sob a vigilância dos sinalizadores, das placas, ruas pavi-

mentadas determinam nossa direção. Tudo passa a ser controlado em correspondência com a conta bancária, ou seja, quanto maior o saldo, mais direitos, mais cidadania. O mercado incorpora em sua lógica o exercício da cidadania como elemento de consumo. Ser cidadão passa a ser consumidor.

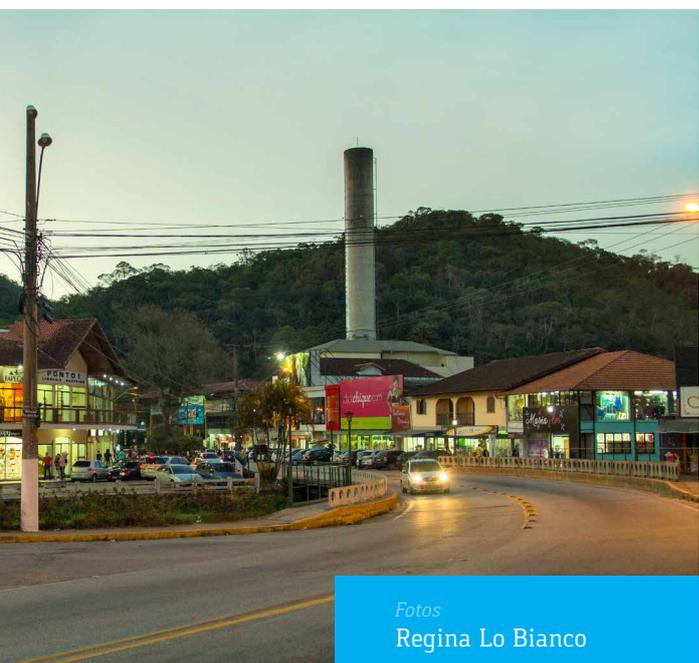
A chamada "greve dos caminhoneiros", ocorrida ao final do mês de maio desse ano, deixou o país a deriva (2018).

Nova Friburgo parou? A cidade parou, mas a vida na zona rural seguiu seu ritmo, mesmo diante das dificuldades encontradas. Muito do que se plantou deixou de se transformar em mercadoria e passou a formar um elo de solidariedade, um símbolo de compaixão de um com o outro. Para os hospitais, para as creches, o alimento chegou.

Foram dias difíceis, muitos abandonaram seus carros nas garagens. Precisaram andar a pé para cumprir o trajeto antes percorrido pelo automóvel. Demorou mais para chegar, um outro olhar certamente sobre a paisagem se fez sem a imperiosa necessidade de consumir a atenção nas sinalizações de trânsito.

Tempo perdido? Depende do ponto de vista. Para alguns sim, para outros tantos não. Tempo de parar pra pensar sobre a vida que se leva, resgatar a memória que ficou acobertada pelo ritmo acelerado, ditado pelo crescimento frenético daquela que foi no passado uma fazenda – a do Morro Queimado.

Duzentos anos passados, duzentos anos a serem somados. Qual o resultado dessa equação? Melhor fazer e refazer as contas e para isso precisa de tempo. Não o tempo corrido, mas o tempo da reflexão.



Fotos
Regina Lo Bianco

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. Miedo líquido. La sociedad contemporánea y sus temores, Paidós, Barcelona, 2007.
- DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. trad. Orlandi, Luis. Machado, Roberto. Relógio D'água, Lisboa, 2000.
- DE SIQUEIRA JACCOUD, Raphael Luiz. História, Contos e Lendas da Velha Nova Friburgo. Múltipla Cultural, Rio de Janeiro, 1999.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido, Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.
- VALOR ECONÔMICO. São Paulo: Organização Globo, 2018. Diário. Disponível em: <http://www.valor.com.br/>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

Texto

Fábio Renato Pereira Robles

Editor

Ricardo Lengruber

Designer

Igor Veronesi

Fábio é Cirurgião-Dentista, formado pela USP, Mestre e doutor em Dentística. Trabalhou no serviço público (atenção básica e clínica de especialidades) do Estado e da Prefeitura de São Paulo. É Prof. Adjunto na UFF no Instituto de Saúde de Nova Friburgo e Conselheiro no Conselho Municipal de Educação de Nova Friburgo. É Presidente do Rotary Club Nova Friburgo no período 2018/2019.

Mudando dentro e atravessando as próprias pontes - Nova Friburgo, uma cidade de estrangeiros

E Nova Friburgo completou 200 anos. Uma cidade brasileira iniciada por “estrangeiros” há dois séculos... Eu completei oito anos como um estrangeiro nesta terra formada (inicialmente) por forasteiros a ela...

Como o Brasil todo, uma cidade mestiça por estranhos dela. E como o Brasil, também linda, e também problemática e também interessantemente apaixonante. O interesse de uma criança pelo não revelado, pelo truque de mágica, pelo desafio de resolver um enigma ou um quebra-cabeças é bem mais instigante do que o pronto e perfeito, aquele que se basta, que não pede complementação. Assim, a Suíça brasileira se apresenta híbrida, mesclada, com melanina e com gingado tropical. Diferente da Suíça europeia, onde temos a impressão de que tudo está em ordem ascética e silenciosa.

Parece-me bastante chistoso um suíço brasileiro em seu maior estereótipo waltdisneano; o do cidadão do estado do Rio de Janeiro. E assim foi sendo amalgamada e forjada sua forma. Por duas centenas de anos. Com estrangeiros do Brasil e estrangeiros do mundo, europeus, africanos, asiáticos, árabes e muitas cores formando nossa suíça.

Eu sou paulista e paulistano (nem melhor e nem pior em Nova Friburgo). Vim como cidadão do mundo; da humanidade. Um exemplar dos que vêm sempre há mais de duzentos anos em migrações e rotas, colidindo religiões e convicções, culturas e alturas. Assim, posso me sentir comum. Em casa. Com a alegria do inesperado a visitar eventualmente.

Diagnostico comportamentos incoerentes e caóticos neste exercício de ser vizinho de diferentes uns dos outros na terra em que alguns queriam ser suíços (da Suíça mesmo). A graça e o encanto do observador que não se identifica com os observados, um cientista que procura não interferir muitas vezes, mas que sucumbe ao gato de Schroeder que há em cada um de nós. Não há experimento que não modifique o observador e nem observador isento. Estamos evoluindo juntos. Enfrentando a cada um com quem convivemos, cruzamos nas ruas, nos comunicamos ou escrevemos textos em alusão a centenários de cidades (que serão lidos por outro a ser “afetado” por nós - com afeição). E assim é no dia-a-dia. E assim é em cada gesto de um para o outro. Está sendo neste momento comigo e contigo - estamos nos relacionando agora.

Nesta babel em depuração qua-



Esta publicação estará disponível também no site: ricardolengruber.com

se que purgatória, observo agressividade na luta pelo individual contra o coletivo. Isso se vê no bom dia que não é dado, na faixa de pedestres que não se respeita, no farol vermelho que avançamos, no lixo que não nos importamos. Mas, quem só olha a falta também é cego para o que se tem.

Noto a construção. Avanços. Precisaremos de mais quantos duzentos anos para isso? Talvez precisemos acelerar este processo. É possível conseguir. Mas quais as propostas para o avanço nosso? O dos que convivem no heterogêneo? Será que seria realmente mais fácil avançar se fôssemos do mesmo time? Se pensássemos igual ou se sentíssemos da mesma maneira? Se fôssemos parecidos uns com os outros? Sinto que não. O fato é que não somos europeus. Somos alienígenas e diversos. Precisamos nos escutar, negociar, ceder, perder... Para ganhar. Essa construção precisa avançar. Esta obra precisa de energia. De nosso “afeto”. De nosso envolvimento, comprometimento, de que nos impliquemos; que assumamos responsabilidades e vínculos.

Acredito que a sociedade avança com seus componentes, muito mais do que com o ato de governantes e Leviatãs. Somos nós quem precisamos ser os agentes. Implicar-nos mais (gosto desta palavra - parece para mim como o velhinho implicante, o que não deixa “barato”, o que põe sua alma no seu agir e acredita





Foto
Regina Lo Bianco

no que se queixa, no que se “implica”). Somos agentes do que fazemos - se a profissão nos dá um nome social, antigamente até sobrenomes cristãos-novos, somos portanto o que fazemos. É melhor começarmos a prestar atenção e fazermos bem. Ocupar lugares em vez de “ir levando”, de “apagar incêndios” ou cumprir horas esperando o fim de semana e a morte apenas. Protagonizar o nosso “ser” aqui, muito além de profissões. O que professamos como cidadãos e como nos relacionamos.

É muito mais possível isso na terra de estrangeiros, como diria Hermann Broch, pois, segundo ele, é possível que nos unamos tão fortemente um ao outro, justamente por termos deixado o antigo para trás, pois numa terra estrangeira, só há o daqui para frente, o que se construir.

Que a caridade seja altruísta, que a humildade seja suave. Somos uma cidade que pode justamente ser melhor por ser plural. Diferentes visões e perspectivas em um cenário benéfico a todos. Conflitos de convivência que trarão paz em cada um, exercitar a calma com quem não simpatizamos, a difícil arte de amar o diferente, além do instinto narcísico de mera identificação (amar o parecido é fácil, parece).

A saída que vejo é uma ponte a ser cruzada. Como uma ilusão de nós mesmos. Talvez ilusão mesmo seja não sair do lugar. Conhecer a cada um (nós mesmos), conhecer

a sociedade, cultivar o silêncio interior com compaixão, sairmos dos próprios privilégios para reconhecer e validar outras visões além de nossa restrição a que nos impusemos por dois séculos (reproduzido por gerações), aprofundarmo-nos nas camadas menos rasas, escutar mais do que falar, ser na prática o que se acha bonito em filosofias, filmes e textos. Para isso há que se praticar e aprender a lidar com emoções e respeito interpessoal; a meditação é silêncio, mas é ação, postura e caráter diante de desafios constantes. Do inesperado, do não pronto, do problemático e do caótico. Caminharmos juntos, ainda que diferentes, e, mais interessante até por isso mesmo, sem inimigos. Ser humano é sentir emoção, arregalar olhos, apertar dentes, ter taquicardia, ter estruturas abaladas. Falhar e recomeçar. Melhorar. Saber-se assim e conhecer-se para atravessar, mesmo com sofrimento, mesmo com medo.

Talvez seja simbólico começar a não estacionar em calçadas ou em frente a guias rebaixadas de acessibilidade, filas duplas, começar a realmente separar o lixo. Melhorar a vida do outro pode melhorar a nossa. Somos todos estrangeiros construindo o “novo”. Nova Friburgo. Claro que há muito mais além disso, mas é alegórico - um marco a ser olhado e superado, para além. Inicia no respeito. Uma forma de se implicar e sair de si mesmo. Daí para campos que dividimos, mas que integra tudo: educação, saúde, sociedade, segurança, e tudo mais. Começa no ético, Dentro. Para fora. Uma ponte.

Começa em nos aceitarmos distintos, mas juntos. Uma atitude muda tudo. Uma ponte a ser atravessada. Dentro, rumo a mais centenas de anos, para sermos novos a cada dia, homens diferentes em rios diferentes, como Heráclito em Éfesos de nós mesmos. Novos em uma NOVA Nova Friburgo.

Estrangeiros ou não, diferentes, mas sem estereótipos. Nem nativos e nem europeus, mas o híbrido, o comum. E iguais. Construindo a nós mesmos em uma cidade nossa.

200 anos - para nós! Para nosso compromisso com este novo.

Rafael é friburguense, democrata e advogado criminalista.

Nova Friburgo no contexto do estado pós-democrático



Foto
Regina Lo Bianco



A CIDADE QUE QUEREMOS TEM CIDADÃOS EMPODERADOS

Rafael Caetano Borges

Convidado pelo amigo e intelectual Ricardo Lengruber, fui levado a refletir sobre uma questão dramaticamente inquietante: em tempos de vazios filosófico, político e existencial, pensar sobre a “cidade que somos” e a “cidade que queremos ser” é um desafio. O desafio é ainda maior na medida em que se propõe como reflexão coletiva, produzida a várias mãos, a partir de vários pontos de vista e mirando em vários pontos de chegada. Daí porque tão desafiante quanto produzir a reflexão será caminhar lado a lado, balizados por consensos razoáveis e democráticos. A construção de consensos razoáveis e democráticos é peça chave de superação da crise – que é, acima e antes de tudo – uma crise pós-democrática. É preciso fazer gritar as vozes que estão caladas, é preciso desinterditar os debates, é preciso recuperar o sentido da praça, da agora e de todos os espaços públicos de onde emana a participação consciente e democrática. Lá onde se realiza a cidadania, na acepção mais radical do termo.

Nova Friburgo e todos nós, friburguenses de nascimento ou por adoção, habitamos um país em transformação. As tensões políticas e econômicas experimentadas nos últimos anos, a par de haverem ruído as bases de nossa República, que nunca foram propriamente sólidas, revelaram um país mais dividido do que os anos de bonança (ou gestão humanizada dos recursos públicos) faziam parecer. A democracia não se estabeleceu por aqui como valor fundamental ou como premissa básica do convívio social. Essa fragilidade, que transformou crise econômica em crise institucional e democrática, dialoga com a nossa história, com a nossa despolitização e com um vácuo irreparável de cidadania. O estado pós-democrático quer garantir o processo de acumulação do capital, para o que, em momentos de debacle econômico, a neutralização dos canais populares de influência política – seja através de uma presidenta eleita ou mesmo de conselhos municipais – é missão inarredável.

Não estamos aqui, entre montanhas lindas, temperaturas amenas e ar agradável, distantes desse contexto. Embora respiremos sob uma gestão pública municipal regularmente eleita e, por isso, legítima, sobram evidências de déficit democrático. Qual é a “cidade que somos”? Somos

uma cidade que não prestigia o debate público, popular e democrático sobre os temas mais importantes; somos uma cidade que não utiliza nenhum dos diversos instrumentos legais de participação pública, popular e democrática na política local; somos uma cidade que se esqueceu do seu próprio Plano Diretor Participativo (lei municipal complementar nº 24/2006), que tampouco passou pela atualização obrigatória (artigo 40, § 3º da lei federal nº 10.257/2001); somos uma cidade que ignora sua própria lei de Orçamento Participativo (lei municipal nº 4.315/14), sem jamais ter ouvido um único contribuinte acerca dos destinos dos recursos públicos municipais; somos uma cidade que reduz o processo democrático ao debate eleitoral, como se voto fosse cheque em branco.

Há sim um espaço institucional idealizado e mantido na perspectiva de fomentar a participação popular no debate público, para muito além de produzir leis, em profusão e não rara inocuidade, e fiscalizar os atos do prefeito. Trata-se da câmara dos vereadores. Enquadrados numa regra geral que proíbe parlamentares de legislar criando despesas (artigo 29, caput, da lei nº 6.448/77), os vereadores se retroalimentam de legitimidade popular e democrática na exata medida em que são capazes de dialogar permanentemente com a população, alimentando canais efetivos de escuta e gestão de decisões. Nenhuma escola, leito de hospital ou muro de arrimo será feito ou desfeito por ato do poder legislativo. E se não concretiza bem estar, o parlamento, para ser legítimo e democrático, precisa se transmutar em correia de transmissão dos anseios populares. Isso não significa fazer da tribuna caixa de ressonância das conversas de esquina e de botequins, com todo respeito às esquinas e aos botequins. Significa a transformação da câmara – seus gabinetes, agentes políticos, funcionários e (até) a tribuna – em catalisadora de interlocução qualificada.

Muda-se o paradigma. Abandona-se a estrutura formal, elitista, hierarquizada e extremamente burocrática, em

■
Para ter acesso às publicações especiais como essa acesse o site www.ricardolengruber.com e entre na seção **Publicações**.



favor de outra estrutura, informal, popular, vertical e arejada. A câmara deixa de ser uma chancelaria dos atos do prefeito, limitando-se a aprovar leis (de iniciativa do executivo), moções, indicações e contas, e passa a ser uma casa de produção e do compartilhamento da sabedoria popular. Lugar de resistência e não de compadrio. Lugar de punhos cerrados e não de tapinhas nas costas. E não confundamos a câmara, nessa utopia concreta, com aquele prédio bonito e sempre bem conservado que fica ao final da Rua Farinha Filho. A câmara é uma instituição cujo desenho constitucional permite e estimula que esteja em todos os lugares ao mesmo tempo, ouvindo e falando, produzindo trincheiras e avanços. Seu encastelamento não é útil ou providencial, apesar de deliberado, manifestamente deliberado.

Claro que o fórum e a prefeitura, castelinhos da justiça e do poder executivo, não são exemplos de densidade democrática. No fórum, aliás, exige-se fantasia para entrar e a língua dos seus habitantes é na verdade um dialeto que mistura latim vulgar, erudição de mau gosto e prolixidade. A prefeitura fica na frente, mas tampouco é um centro democrá-



tico. Tem beija-mão, tem negociação de cargos e uma ou outra recepção festiva, porque, afinal, são os 200 anos da suíça brasileira. Não tem debate sobre o destino da usina de asfalto, sobre o interesse público na fábrica Ypu, sobre os serviços de saúde prestados pelo hospital Raul Sertã ou sobre o currículo das escolas municipais. É, também, uma caixa vertical e o seu gestor, detentor de uma caneta poderosa, que autoriza despesa e pode promover bem-estar, comporta-se como dono da coisa pública.

O poder legislativo é o mais popular deles e é por ali que começa a virada democrática. Toda insurgência possível se inicia na vila, no bairro e na cidade. E a câmara será sempre a primeira referência de poder e de institucionalidade. Existem instrumentos legais na mesa, mas a mudança tem muito mais a ver com práxis do que com a ordem normativa. O formalismo e o burocratismo são defesas de agentes políticos inseguros, incapazes de olhar adiante de suas pretensões eleitorais e perceber que o mandato é um elemento de representatividade. Não é um fim em si mesmo. A “cidade que somos”, hoje, é antidemocrática, apesar da legitimidade formal ostentada por nossos governantes. A “cidade que queremos ser” é radicalmente participativa: desenvolve e aplica mecanismos efetivos de escuta dos anseios populares; constrói seu orçamento coletivamente; usa as instituições com respeito reverência, mas sem subordinação; desenvolve métodos de gestão que prestigiam a atuação popular; recolhe na rua a legitimidade dos poderes constituídos e empodera a cidadania.

A “cidade
queremos
é radicalmente
participativa”

de que
nos ser”
lmente
pativa



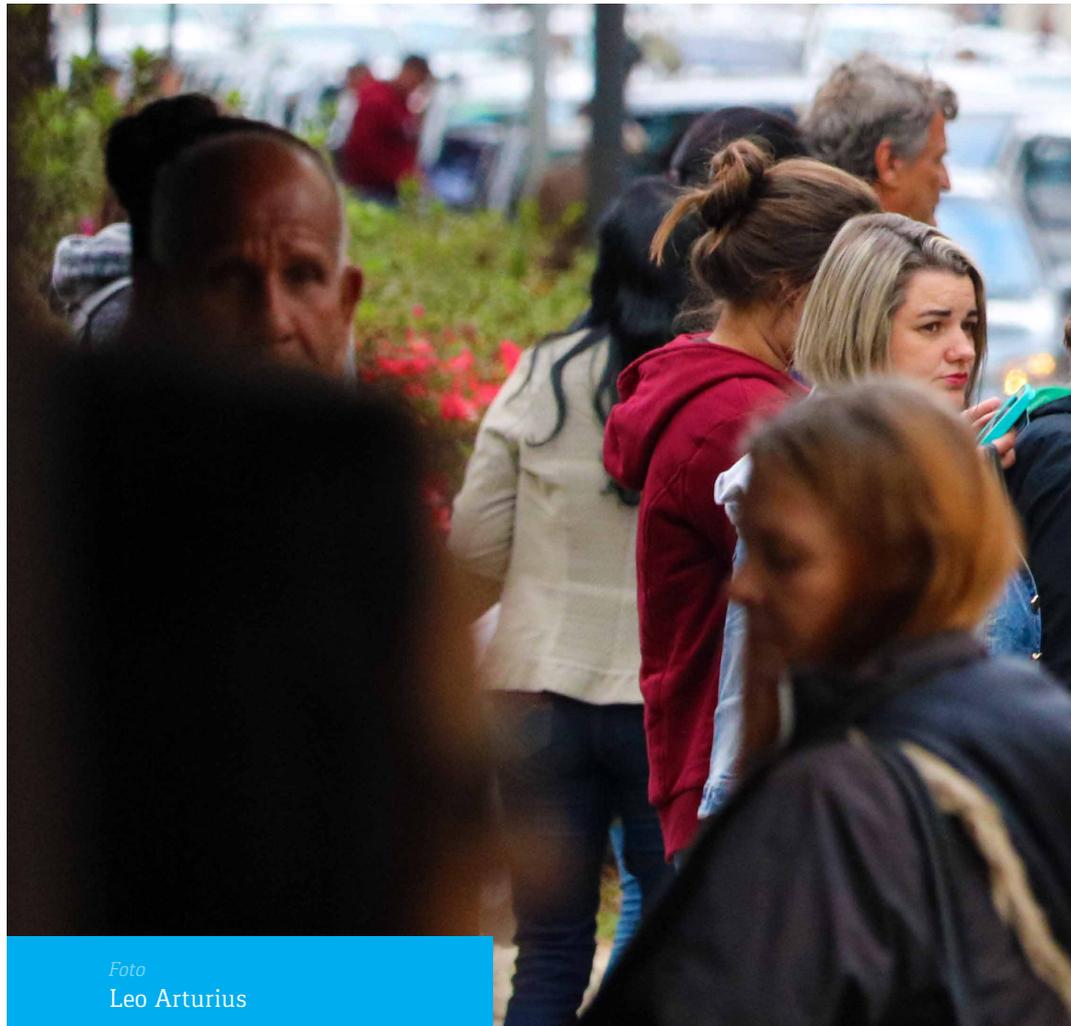


Foto
Leo Arturius

Texto
Rodrigo Garcia

Editor
Ricardo Lengruber

Designer
Igor Veronesi

Rodrigo Garcia é mestre em Ciência Política e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense; é professor universitário nas áreas das Ciências Sociais e História da Filosofia; é servidor público e paratleta amador.



Esta publicação estará disponível também no site: www.ricardolengruber.com

Por uma outra realidade

A realidade é relativa - Entender e explicar a realidade, e determinar como devemos nos comportar diante de tal realidade, é uma necessidade para o ser humano. Exemplo é que as filosofias, as ciências e as religiões tratam destas questões há séculos. Contudo – ainda bem! – estes não são problemas apenas de filósofos, cientistas ou líderes religiosos. São problemas do homem comum que independem de condição social e estão diretamente ligados às nossas vidas. Todos nós temos uma forma de olhar, sentir e agir para com a realidade.

Outro ponto relevante é que construir um

entendimento sobre uma realidade é algo relativo. O empirismo que desde Heráclito¹ funda a realidade na experiência é enfrentado pelo racionalismo que desde Parmênides² funda a realidade na busca de uma razão. O século 19 que Auguste Comte³ entendia como um momento de progresso material positivo da sociedade, Karl Marx⁴ entendia como um momento de progresso conflituoso e desigual para o trabalhador; a moral que a filosofia e a prática religiosa repercutiram na cultural ocidental, Friedrich Nietzsche⁵ entendeu como uma “moral de rebanho” que não reconhece a verdadeira humanidade que existe em nós. E por aí vai.



Portanto, há diversas formas de entender a realidade, e isto se aplica à vivência e aos sentimentos que os cidadãos têm sobre determinado território. Por conclusão, há diversas formas de entender a realidade de Nova Friburgo - um entendimento no âmbito do que o filósofo Pierre Bordieau⁶ identificava como poder simbólico -, e certamente há um entendimento majoritário.

Duas hipóteses - A considerar as realidades histórica e social de Nova Friburgo, este breve texto apresenta duas hipóteses.

A primeira, muito óbvia, é a de que a realidade friburguense é entendida por um discurso, no campo simbólico, que articula valores e poderes sociais e que tem forte influência.

Este entendimento da realidade é representado pela narrativa histórica da Suíça Brasileira, pela prática política de instituições friburguenses, pelas crenças e valores dos moradores de nosso território.

E, acredito, este entendimento do que é a realidade friburguense, observa uma cidade urbana, circunscrita a áreas centrais, aos espaços de vivência dos cidadãos médios, a questões ligadas a classes médias (baixas ou altas), tal qual Nova Friburgo fosse estritamente seus bairros urbanizados, a Avenida Alberto Braune e aqueles que vivem (simbolicamente) este ambiente médio.

Um bom exemplo é o desfile de 16 de maio de 2018. O prefeito cercado de suíços turistas - que nada têm a ver com o dia a dia de Nova Friburgo - protegido do

contato com a população, assistindo a um desfile de entidades e personagens simbólicos que dão certo - escolas, instituições, descendentes de imigrantes etc.

A segunda hipótese é a de que só mudaremos a realidade social de Nova Friburgo quando mudarmos o entendimento sobre esta realidade. Nosso território não é uma cidade liberal fundada por imigrantes; povoado por pessoas prósperas, empreendedoras, bem formadas e moralmente melhores do que o restante do país.

Friburgo é uma cidade que, apesar da peculiaridade de seu surgimento, possui estruturas sociais semelhantes ao restante do país, que reproduzem as mesmas questões complexas da sociedade brasileira: um desenvolvimento fundado no escravagismo, desigualdades sociais profundas, trabalhadores sem acesso ao Estado (educação, saúde e transporte públicos de qualidade, por exemplo), enormes áreas periféricas com muita pobreza, e dificuldades econômicas que não serão superadas pelo idealismo do **povo naturalmente empreendedor**.

Para futuros 200 anos prósperos e socialmente melhores, temos que começar de agora a desconstruir o entendimento torto, idealista e romantizado do que é a realidade friburguense.

O sujeito central da realidade (simbólica, econômica e política) friburguense precisa ser o cidadão pobre de nossa cidade. E sabemos como isso é difícil numa cidade que, na sua concepção de realidade, ou sequer reconhece a pobreza, ou a enxerga como se fosse algo socialmente menos preocupante.

¹Heráclito de Éfeso, Grécia (hoje Turquia), 535-475 a.C; o empirismo teoriza que a experiência é a forma de conhecer a realidade e alcançar o conhecimento.

²Parmênides de Eléia, Grécia (hoje Itália), 530-460 a.C; o racionalismo teoriza que conhecer a realidade e alcançar o conhecimento é descobrir uma razão que já existe, inclusive em nós mesmos.

³França, 1798-1857.

⁴Alemanha, 1818-1883.

⁵Alemanha, 1844-1900.

⁶França, 1930-2002. Sobre o poder simbólico estudei em: BORDIEAU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Difel, 1989. O poder simbólico é um poder quase invisível, aparentemente sem importância, mas que organiza outros poderes.



Nova Friburgo: **outros 200**

Organizador: Ricardo Lengruber
www.ricardolengruber.com

Capa: Leonardo Bohrer Zebende
Fotos: Regina Lo Bianco e Leo Arturius
Diagramação e Design: Igor Veronesi

agosto / 2018